

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Barra Mansa

MEMO Nº84/2023-CPL

Barra Mansa, 25 de maio de 2023.

A Comissão de Avaliação

Vimos pelo presente, realizar diligência referente a Concorrência Pública 003/2022, Processo: 3228/2022, objeto: concessão de serviço público onerosa, para gestão e exploração dos estacionamentos rotativos nas vias e logradouros públicos no Município de Barra Mansa, denominado “ESTACIONAMENTO ROTATIVO BARRA MANSA”, num total de 1.667 (um mil seiscentas e sessenta e sete) vagas, no sentido de solicitar manifestação, pelos fatos abaixo aduzidos:

Na data de 09 de maio de 2023, iniciou-se a licitação supracitada, onde foram habilitadas pela Comissão Permanente de Licitação as empresas: CAR PARK LTDA, MOBBIT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA e LOG1 SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA.

Manifestaram a intenção de recorrer as empresas: ZONA AZUL BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, CAR PARK LTDA, LOG1 SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA, PRIMEIRA ESTACIONAMENTOS LTDA, PRIME SERVIÇOS INTEGRADOS LTDA E MOBBIT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA.

Ofertaram razões recursais as empresas: ZONA AZUL BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, MOBBIT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA, PRIMEIRA ESTACIONAMENTOS LTDA e LOG1 SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA.

Impetraram contrarrazões as empresas: MOBBIT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA e CAR PARK LTDA.

Segue síntese dos recursos:

- 1- ZONA AZUL BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA- foi inabilitada por descumprimento ao item 6.6.6 do edital- *Especificação do “hardware” necessário para efetivação da “SOLUÇÃO TECNOLÓGICA” a ser aplicada bem como atestar que irá dispor de “software e hardware” capazes de atender às necessidades operacionais e de controle do Estacionamento Rotativo, através da concordância e assinatura do Atestado de Disponibilidade de Software e Hardware – Anexo XII.*

Alega que a especificação de hardware sequer poderia ter sido admitida como critério de habilitação, alegando rigor excessivo, pleiteando sua habilitação face aos princípios da

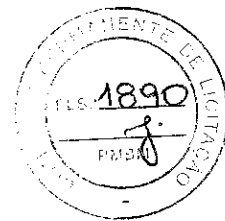
COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Rua Luiz Ponce, n.º 263 – Centro

Barra Mansa/RJ – C.E.P.: 27.310-400

28.695.658/0001-84// coordenadoria.compras@barramansa.rj.gov.br

O (**24) 2106-3456



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Barra Mansa

razoabilidade, proporcionalidade, rigorismo moderado e ampla concorrência, pleiteando sua habilitação.

- 2- MOBBIT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA- requer a inabilitação da empresa LOG1 SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA, sob alegação que os atestados não atendem às exigências da habilitação, tendo apresentado atestado de 470 (quatrocentos e setenta) vagas de rotativo em vias públicas e 800 (oitocentas) vagas em área fechada.
- 3- PRIMEIRA ESTACIONAMENTOS LTDA- foi inabilitada devido a não apresentação do ANEXO XI (declaração de atendimento a Lei Federal 8.213/1991 e descumprimento ao item 6.6.6, não especificou o hardware- *Especificação do "hardware" necessário para efetivação da "SOLUÇÃO TECNOLÓGICA" a ser aplicada bem como atestar que irá dispor de "software e hardware" capazes de atender às necessidades operacionais e de controle do Estacionamento Rotativo, através da concordância e assinatura do Atestado de Disponibilidade de Software e Hardware – Anexo XII.*

Alega a desnecessidade de apresentação da declaração constante do anexo IX, devendo ser exigida apenas do vencedor da licitação, caracterizando excesso de formalismo.

Alega ainda o mesmo excesso de formalismo em relação a especificação do hardware no item 6.6.6 do edital.

- 4- LOG1 SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA- requer a inabilitação das empresas MOBBIT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA (ausência de recibo de entrega da escrituração contábil) e CAR PARK LTDA (não atendimento ao item 6.6.6- especificação do hardware).

Em contrarrazões alegaram o que segue:

- 1- MOBBIT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA - requer a manutenção de sua habilitação uma vez que o edital não foi encontrada essa exigência e que o documento foi homologada a ECD através da certidão de arquivo de escrituração- Sped contábil, constando no rodapé da peças apresentadas o número do recibo, tendo enviado o recibo anexo.
Apresentou também complemento das contrarrazões: Reiterando pela inabilitação da LOG1 SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA. Manifestou ainda pela inabilitação da CAR PARK LTDA, que não apresentou a especificação do hardware e ainda pela manutenção da inabilitação das empresas ZONA AZUL BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA e PRIMEIRA ESTACIONAMENTOS LTDA por também não ter atendido o item 6.6.6 do edital.

COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Rua Luiz Ponce, n.º 263 – Centro

Barra Mansa/RJ – C.E.P.: 27.310-400

28.695.658/0001-84// coordenadoria.compras@barramansa.rj.gov.br

0 (**24) 2106-3456



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Barra Mansa

- 2- CAR PARK LTDA- alega ter cumprido as exigências editalícias, que sua inabilitação traria prejuízo ao processo administrativo, informando ainda a limitação do rol quanto a exigência de documentação para fins de qualificação técnica, nos termos do art. 30 da Lei 8.666/93.
- 3- LOG1 SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA- alega ter cumprido as exigências editalícias, tendo apresentado atestado do Município de São Bernardo do Campo com 800 vagas do Parque Municipal Estoril, Prefeitura de São Manuel com 479 vagas de vagas rotativo e Certidão de Acervo Técnico da Prefeitura de Santo André.

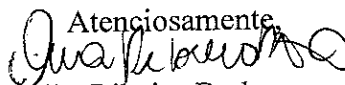
A Comissão Permanente de Licitação posiciona-se que agiu em escrito cumprimento ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório.

Salienta-se ainda que quanto as alegações nos recursos que as exigências previstas no item 6.6.6 do edital não poderia ter sido objeto de habilitação, entendemos que não poderá prosperar, uma vez que o edital sofreu análise do TCE/RJ, e após sua republicação em 22 de março de 2023, não sofreu qualquer pedido de esclarecimento, questionamento, impugnação ou representação neste sentido, considerando assim o certame estar correto e todos participantes ciente das condições editalícias.

No que se refere a questão de análise de atestados, ainda que esta Comissão Permanente de Licitação tenha realizado análise no dia do certame, consideramos que a Comissão de avaliação do sistema possui melhor conhecimento na área, motivo este remetemos para análise e apreciação dos recursos e contrarrazões.

Pelo exposto, solicitamos:

- a) Manifestação quanto a análise dos atestados da empresa LOG1 SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA se atende ao edital (estacionamento rotativo);
- b) Manifestação se as empresas ZONA AZUL BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, PRIMEIRA ESTACIONAMENTOS LTDA e CAR PARK LTDA quanto a especificação do hardware, em atendimento ao item 6.6.6 do edital.

Atenciosamente,

Erika Ribeiro Barbosa

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Rua Luiz Ponce, n.º 263 – Centro
Barra Mansa/RJ – C.E.P.: 27.310-400
28.695.658/0001-84// coordenadoria.compras@barramansa.rj.gov.br
0 (**24) 2106-3456



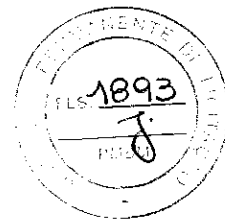
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Barra Mansa

Barra Mansa, 25 de maio de 2023.

A Comissão Permanente de Licitação

Vimos pelo presente, apresentar análise dos recursos e contrarrazões referente a Concorrência Pública 003/2022, conforme segue:

- 1- Recurso ZONA AZUL BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA- Quanto ao item 6.6.6 do edital, foi analisado fls. 1736 à 1774, apresentou o anexo XII- Declaração de disponibilidade de software e hardware, mas não constou a especificação do hardware, **devendo permanecer inabilitada**, uma vez que o hardware compromete o desenvolvimento das atividades do rotativo de forma direta.
- 2- Recurso MOBBIT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA está correto uma vez que a empresa apresentou LOG1 SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA apresentou atestado de vaga de rotativo devidamente registrado no total de 479 vagas do Município de São Miguel, fls. 1127 a 1135. Quanto ao atestado contendo 800 vagas do Município de São Bernardo do Campo, fls. 1136, refere-se a estacionamento em Parque Municipal e não foi apresentada averbação em Conselho competente. Os documentos de fls. 1137/1138 referem-se a averbação do Município de Santo André, não contendo vagas, devendo **então ser inabilitada** a empresa LOG1 SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA
- 3- Recurso PRIMEIRA ESTACIONAMENTOS LTDA quanto ao item 1 do recurso – Desnecessidade de apresentação da declaração constante no anexo IX deixaremos de manifestar por não tratar-se de questão técnica. No que se refere ao item 2- descumprimento ao item 6.6.6, não especificou o hardware, após análise as fls. 1458 apresentou anexo XII, declaração de disponibilidade de software e hardware porém não especificou o hardware, **devendo permanecer inabilitada**, uma vez que o hardware compromete o desenvolvimento das atividades do rotativo de forma direta.
- 4- Recurso LOG1 SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA- Quanto a inabilitação da empresa MOBBIT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA pela ausência de recibo de entrega da escrituração contábil deixamos de manifestar por não ser questão técnica. No que se refere a CAR PARK LTDA em relação ao não atendimento ao item 6.6.6- especificação do hardware, apresentou anexo XII, declaração de disponibilidade de software e hardware, tendo apresentado em fls. 1337 a 1369 aplicação do sistema, havendo um descritivo do funcionamento de todos os



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Barra Mansa

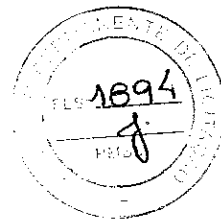
softwares envolvidos na solução, porém não especificou a hardware para a solução a ser aplicada, **devendo ser inabilitada.**

Barra Mansa, 25 de maio de 2023

Carlos Eduardo de Oliveira Cruz
Matrícula 17.884
Gerente de Trânsito e Operações

Walmiro Fabiano Júnior
Matrícula 18.037
Assistente Técnico

Diego Soares Gomes
Matrícula 17.753
Gerente de Tecnologia da Informação



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Barra Mansa

MEMO Nº 97/2023-CPL

Barra Mansa, 25 de maio de 2023.

A Procuradoria Geral do Município

Vimos pelo presente, solicitar manifestação referente a Concorrência Pública 003/2022, Processo: 3228/2022, objeto: concessão de serviço público onerosa, para gestão e exploração dos estacionamentos rotativos nas vias e logradouros públicos no Município de Barra Mansa, denominado “ESTACIONAMENTO ROTATIVO BARRA MANSA”, num total de 1.667 (um mil seiscentas e sessenta e sete) vagas, no sentido de solicitar manifestação, pelos fatos abaixo aduzidos:

Na data de 09 de maio de 2023, iniciou-se a licitação supracitada, onde foram habilitadas pela Comissão Permanente de Licitação as empresas: CAR PARK LTDA, MOBBIT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA e LOG1 SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA, constando em ata de fls. 1776/1778.

Manifestaram a intenção de recorrer as empresas: ZONA AZUL BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, CAR PARK LTDA, LOG1 SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA, PRIMEIRA ESTACIONAMENTOS LTDA, PRIME SERVIÇOS INTEGRADOS LTDA E MOBBIT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA.

Ofertaram razões recursais as empresas: ZONA AZUL BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, MOBBIT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA, PRIMEIRA ESTACIONAMENTOS LTDA e LOG1 SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA.

Impetraram contrarrazões as empresas: MOBBIT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA e CAR PARK LTDA.

Segue síntese dos recursos:

- 1- ZONA AZUL BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA- fls. 1786/1801- foi inabilitada por descumprimento ao item 6.6.6 do edital- *Especificação do “hardware” necessário para efetivação da “SOLUÇÃO TECNOLÓGICA” a ser aplicada bem como atestar que irá dispor de “software e hardware” capazes de atender às necessidades operacionais e de controle do Estacionamento Rotativo, através da concordância e assinatura do Atestado de Disponibilidade de Software e Hardware – Anexo XII.*

Alega que a especificação de hardware sequer poderia ter sido admitida como critério de habilitação, alegando rigor excessivo, pleiteando sua habilitação face aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, rigorismo moderado e ampla concorrência, pleiteando sua habilitação.

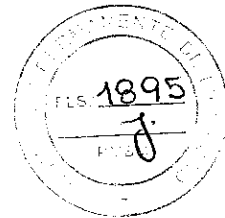
COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Rua Luiz Ponce, n.º 263 – Centro

Barra Mansa/RJ – C.E.P.: 27.310-400

28.695.658/0001-84// coordenadoria.compras@barramansa.rj.gov.br

0 (**24) 2106-3456



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Barra Mansa

- 2- MOBBIT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA- fls. 1802/1805, requer a inabilitação da empresa LOG1 SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA, sob alegação que os atestados não atendem às exigências da habilitação, tendo apresentado atestado de 470 (quatrocentos e setenta) vagas de rotativo em vias públicas e 800 (oitocentas) vagas em área fechada.
- 3- PRIMEIRA ESTACIONAMENTOS LTDA- fls. 1806/1838- foi inabilitada devido a não apresentação do ANEXO XI (declaração de atendimento a Lei Federal 8.213/1991 e descumprimento ao item 6.6.6, não especificou o hardware- *Especificação do "hardware" necessário para efetivação da "SOLUÇÃO TECNOLÓGICA" a ser aplicada bem como atestar que irá dispor de "software e hardware" capazes de atender às necessidades operacionais e de controle do Estacionamento Rotativo, através da concordância e assinatura do Atestado de Disponibilidade de Software e Hardware – Anexo XII.*

Alega a desnecessidade de apresentação da declaração constante do anexo IX, devendo ser exigida apenas do vencedor da licitação, caracterizando excesso de formalismo.

Alega ainda o mesmo excesso de formalismo em relação a especificação do hardware no item 6.6.6 do edital.

- 4- LOG1 SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA-fls. 1839-1847- requer a inabilitação das empresas MOBBIT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA (ausência de recibo de entrega da escrituração contábil) e CAR PARK LTDA (não atendimento ao item 6.6.6- especificação do hardware).

Em contrarrazões alegaram o que segue:

- 1- MOBBIT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA 1848/1867 - requer a manutenção de sua habilitação uma vez que o edital não foi encontrada essa exigência e que o documento foi homologada a ECD através da certidão de arquivo de escrituração- Sped contábil, constando no rodapé da peças apresentadas o número do recibo, tendo enviado o recibo anexo.

Apresentou também complemento das contrarrazões: Reiterando pela inabilitação da LOG1 SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA. Manifestou ainda pela inabilitação da CAR PARK LTDA, que não apresentou a especificação do hardware e ainda pela manutenção da inabilitação das empresas ZONA AZUL BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA e PRIMEIRA ESTACIONAMENTOS LTDA por também não ter atendido o item 6.6.6 do edital.

- 2- CAR PARK LTDA- alega ter cumprido as exigências editalícias, que sua inabilitação traria prejuízo ao processo administrativo, informando ainda a limitação

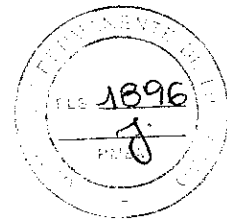
COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Rua Luiz Ponce, n.º 263 – Centro

Barra Mansa/RJ – C.E.P.: 27.310-400

28.695.658/0001-84// coordenadoria.compras@barramansa.rj.gov.br

0 (**24) 2106-3456



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Barra Mansa

do rol quanto a exigência de documentação para fins de qualificação técnica, nos termos do art. 30 da Lei 8.666/93.

- 3- LOG1 SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA- alega ter cumprido as exigências editalícias, tendo apresentado atestado do Município de São Bernardo do Campo com 800 vagas do Parque Municipal Estoril, Prefeitura de São Manuel com 479 vagas de vagas rotativo e Certidão de Acervo Técnico da Prefeitura de Santo André.

Consta em fls. 1882/1883, análise da Comissão de Avaliação, referente a questões de recurso pertinente à qualificação técnica da empresa, onde chegaram ao seguinte resultado:

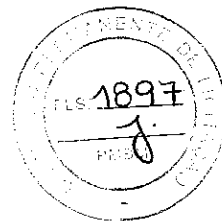
- 1- **Manifestaram pela improcedência do recurso** da **ZONA AZUL BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA**- descumprimento ao item 6.6.6 do edital, **devendo permanecer inabilitada**.
- 2- **Manifestaram pela procedência do recurso** da **MOBBIT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA**, manifestando pela **inabilitação da empresa LOG1 SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA**, pelo descumprimento ao item 6.6.3.1 do edital, não tendo atingido o mínimo de 666 vagas estacionamentos em via públicas de características semelhantes ao objeto desta licitação.
- 3- **Manifestaram recurso PRIMEIRA ESTACIONAMENTOS LTDA:**
Item 1–ausência de apresentação do anexo IX – abstiveram-se de manifestação por não tratar-se de questão técnica.
Item 2 -descumprimento ao item 6.6.6-manifestaram pela improcedência do recurso **devendo permanecer inabilitada a recorrente**.
- 4- **Manifestaram recurso LOG1 SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA:**
A-Da ausência de recibo de entrega da escrituração contábil-empresa MOBBIT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA, abstiveram-se de manifestação por não tratar-se de questão técnica.
B- Não atendimento ao item 6.6.6- especificação do hardware pela CAR PARK LTDA- manifestaram pela procedência do recurso, opinando pela inabilitação da CAR PARK LTDA.

A Comissão Permanente de Licitação posiciona-se que agiu em escrito cumprimento ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório quanto as alegações nos recursos que as exigências previstas no item 6.6.6 do edital não poderia ter sido objeto de habilitação, entendemos que não poderá prosperar, uma vez que o edital sofreu análise do TCE/RJ, e após sua republicação em 22 de março de 2023, não sofreu qualquer pedido de esclarecimento,

COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Rua Luiz Ponce, n.º 263 – Centro
Barra Mansa/RJ – C.E.P.: 27.310-400
28.695.658/0001-84// coordenadoria.compras@barramansa.rj.gov.br
0 (**24) 2106-3456

Y



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Barra Mansa

questionamento, impugnação ou representação neste sentido, considerando assim o certame estar correto e todos participantes ciente das condições editalícias, motivo este está de acordo com a manifestação da análise da Comissão de avaliação, devendo ser reformada a decisão pela inabilitação da empresa **CAR PARK LTDA.**

Quanto ao item 6.6.3.1- Atestado de qualificação técnica, entendemos estar de acordo o posicionamento da Comissão de Avaliação, devendo ser reformada a decisão pela inabilitação da empresa **LOG1 SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA.**

Em relação ao item 1 do recurso da **PRIMEIRA ESTACIONAMENTOS LTDA:**
Item 1—ausência de apresentação do anexo IX —informamos que a recorrente assiste razão uma vez que consta o seguinte : (2) emitir em papel que identifique a licitante, devendo ser apresentada como condição para a retirada da Nota de Empenho/assinatura do contrato.

Quanto a ausência de recibo de entrega da escrituração contábil-empresa **MOBBIT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA**, informamos que nesta data diligenciamos onde foi confirmado o número recibo informado no rodapé das peças contábeis.

CHAVE DE ACESSO DO DOCUMENTO (HASH DA ESCRITURAÇÃO)

D605102517C9A07AC93C750FE5127F683CB25A7C

OU

ESCOLHA UM TIPO DE ARQUIVO

Escolher arquivo Nenhum arquivo escolhido

ESCREVA

DIGITE AQUI OS CARACTERES ACIMA

jrpfuv

FILTRAR

A consulta foi realizada na data 24/05/2023 às 15:38:13 e mostra a situação da escrituração neste momento

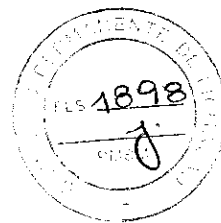
Item	Valor
CNPJ	00.415.375/0091-12
NRE	31207005925
SCP	Não informado
Hash	D605102517C9A07AC93C750FE5127F683CB25A7C
Período	01/01/2022 a 31/12/2022
Natureza	7
Número Livro	
Situação	A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega conferiu a conformação da autenticação, nos termos do art. 39-B da Lei nº 8.734/1996, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art. 39-A da Lei nº 8.734/1996).

Hash Substituta

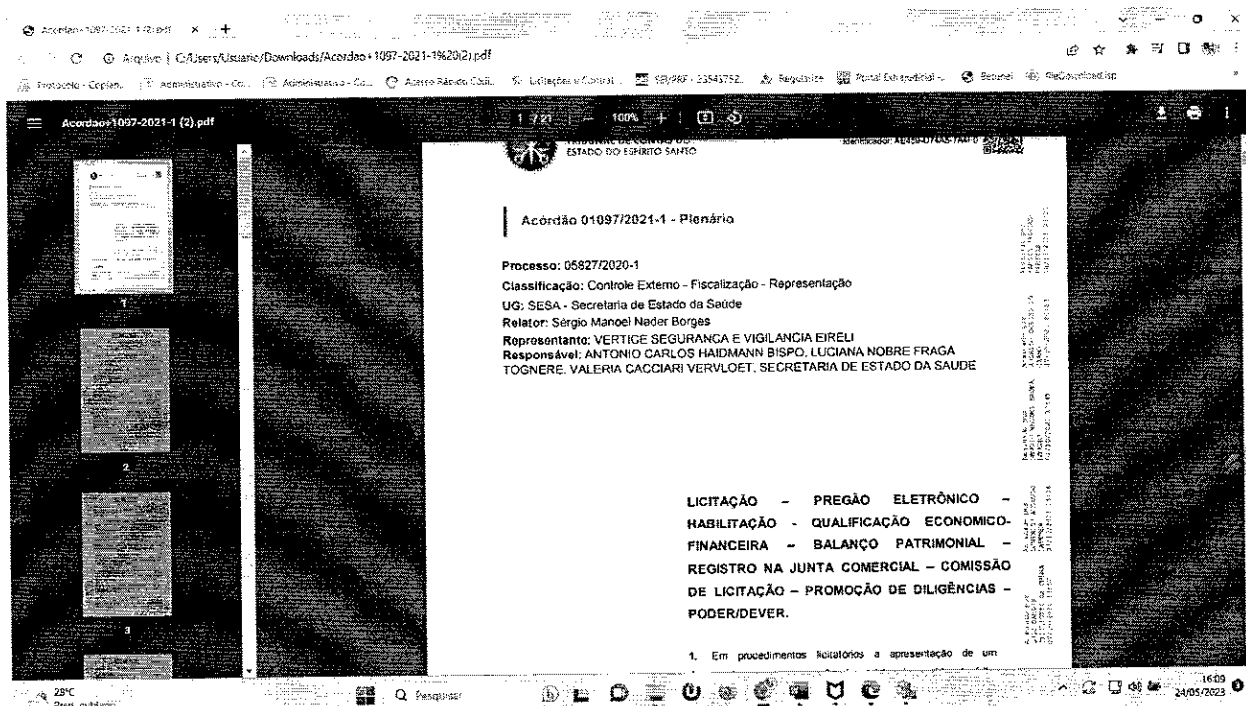
Segue acordão:

COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Rua Luiz Ponce, n.º 263 – Centro
Barra Mansa/RJ – C.E.P.: 27.310-400
28.695.658/0001-84// coordenadoria.compras@barramansa.rj.gov.br
0 (**24) 2106-3456



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Barra Mansa

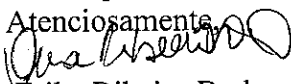


Manifestamos:

- 1- **Pela improcedência do recurso da ZONA AZUL BRASIL;**
- 2- **Procedência do recurso da MOBBIT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA;**
- 3- **Procedência parcial do recurso PRIMEIRA ESTACIONAMENTOS LTDA;**
- 4- **Procedência parcial do recurso da LOG1 SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA.**

Por todo apurado, entendemos habilitada a empresa **MOBBIT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA**

Pelo exposto, encaminhamos para análise e manifestação.

Atenciosamente,


Erika Ribeiro Barbosa

Presidente da Comissão Permanente de Licitação


Thaís da Silva Miranda
Membro


Isadora dos Santos Breves da Silva
Membro

COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Rua Luiz Ponce, n.º 263 – Centro

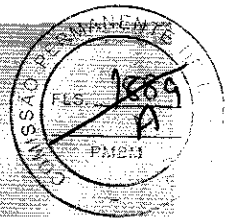
Barra Mansa/RJ – C.E.P.: 27.310-400

28.695.658/0001-84// coordenadoria.compras@barramansa.rj.gov.br

0 (**24) 2106-3456



Sped CONTÁBIL
DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL



A consulta foi realizada na data 24/05/2023 às 15:38:13 e reflete a situação da escrituração neste momento



CNPJ

00.415.375/0001-12

NIRE

31207006933

SCP

Não informado

Hash

D605182517C9A07AC93C750FE5127F680CB2537C

Período

01/01/2022 a 31/12/2022

Natureza

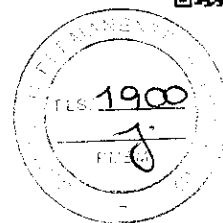
Número Livro

7

Situação

A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 39-B da Lei nº 8.934/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.39-A da Lei nº 8.934/1994).

Hash Substituta



Acórdão 01097/2021-1 - Plenário

Processo: 05827/2020-1

Classificação: Controle Externo - Fiscalização - Representação

UG: SESA - Secretaria de Estado da Saúde

Relator: Sérgio Manoel Nader Borges

Representante: VERTICE SEGURANCA E VIGILANCIA EIRELI

Responsável: ANTONIO CARLOS HAIDMANN BISPO, LUCIANA NOBRE FRAGA TOGNERE, VALERIA CACCIARI VERVLOET, SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

Assinado por
MARCIA JACCOUD
FREITAS
08/10/2021 13:27

Assinado por
RODRIGO COELHO DO
CARMO
07/10/2021 20:49

Assinado por
SÉRGIO MANOEL NADER
BORGES
07/10/2021 17:45

Assinado por
DOMINGOS AUGUSTO
TAUFNER
07/10/2021 15:24

Assinado por
LUIZ CARLOS
CICILIO TI DA CUNHA
07/10/2021 13:57

Assinado por
LUCILENE SANTOS
RIBAS
07/10/2021 13:04

Assinado por
RODRIGO FLAVIO
FREIRE FARIAS
CHAMOUN
07/10/2021 12:38

Assinado por
LUIZ HENRIQUE
ANASTACIO DA SILVA
07/10/2021 11:43

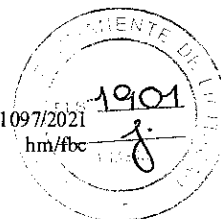
**LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO –
HABILITAÇÃO - QUALIFICAÇÃO ECONOMICO-
FINANCEIRA – BALANÇO PATRIMONIAL –
REGISTRO NA JUNTA COMERCIAL – COMISSÃO
DE LICITAÇÃO – PROMOÇÃO DE DILIGÊNCIAS –
PODER/DEVER.**

1. Em procedimentos licitatórios a apresentação de um documento sem comprovação de registro é considerado falha sanável e, portanto, a diligência (entendida no art. 43, § 3º da Lei 8666/93 e, na lei nova, nº 14.133/2021, art. 64) para sua verificação e validação é necessária.

O RELATOR EXMO. SR. CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES:

1. RELATÓRIO

Trata-se de Representação proposta em face da Secretaria de Estado da Saúde (SESA), em virtude de suposta irregularidade (com consequente desclassificação da representante) no Pregão Eletrônico nº 0174/2020 (contratação de SERVIÇOS DE



GUARDA E VIGILÂNCIA, Processo nº 88513149, para atender as necessidades do GETA/NEMP - rede SESA - ES), que têm por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de guarda e vigilância.

Conforme se extrai dos documentos acostados à inicial, a representante informa ter sido desclassificada do respectivo certame em virtude de exigência descabida e interpretação equivocada do responsável pela condução do Pregão Eletrônico nº 0174/2020 – SESA – ES.

Em síntese, a empresa apresenta representação, com pedido de medida cautelar para suspensão do procedimento, alegando que a única razão para a sua desclassificação teria se dado pelo fato de não ter havido identificação, por parte de quem conduzia o apregoamento, do registro na Junta Comercial em seu Balanço Patrimonial. Informa, ainda, que o referido documento está devidamente registrado na respectiva Junta.

A Representante sustenta ainda que a situação conduz a Administração a possível contratação de proposta com valores superiores, o que acaba por gerar provável dano ao erário, sustentando ainda a presença de vícios em afronta à legislação, em especial inobservância da Lei Nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, princípios constitucionais, notadamente a eficiência, razoabilidade e proporcionalidade.

Através da Decisão Monocrática TC 0979/2020 este Conselheiro Relator entendeu por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade, conhecendo, portanto, a presente representação, determinando a notificação da Sra. VALÉRIA CACCIARI VERVLOET (Pregoeira oficial/CLP – SESA), da Sra. LUCIANA NOBRE FRAGA TOGNERE (Chefe do Núcleo Especial de Material e Patrimônio) e o Sr. ANTONIO CARLOS HAIDMANN BISPO (Gerente Técnico Administrativo), para que tomassem ciência da presente Representação e, no prazo de 05 (cinco) dias, se pronunciassem sobre as supostas irregularidades apontadas, e em igual prazo encaminhasse a esta Corte de Contas, preferencialmente por meio digital, cópia integral do Processo Administrativo por meio do qual se desenvolve o Pregão Eletrônico nº 0174/2020 – SESA – ES.



Recebida a resposta através do protocolo TC 20322/2020, os notificados limitaram-se a sustentar em menos de duas laudas, que não houve ilegalidade no procedimento adotado (evento 19), bem como encaminharam conforme requerido, cópia integral do procedimento administrativo (eventos 20 a 38).

Por meio da Decisão Monocrática 01002/2020-7 (evento 40), foi deferida medida cautelar no sentido de notificar a SESA para proceder *as diligências necessárias frente a Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, no intuito de elucidar as questões trazidas à baila pela representante. Decidindo, ainda, pela notificação dos responsáveis para sua oitiva, nos termos do artigo 307, §3º do RITCEES, no prazo de 10 (dez) dias, para querendo complementarem as informações já prestadas, decisão ratificada em Sessão Colegiada conforme evento 63.*

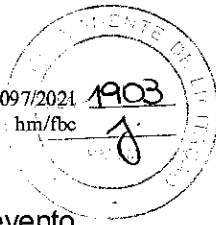
Notificadas as partes, conforme regimento interno, a SESA protocolizou as informações complementares constantes dos eventos 54 a 60 destes autos.

Analisando os documentos apresentados, percebemos que o cumprimento da cautelar deferida pela decisão acima mencionada não surtiu os efeitos esperados, afastando eventual dano a ser suportado pelo erário na possibilidade de celebrar contrato viciado e com preço menos vantajoso.

Nesse contexto, tornou-se imperiosa a atuação desta Corte, no sentido de conceder medida cautelar, a fim de suspender o Pregão Eletrônico nº 0174/2020, até ulterior decisão de mérito desse Egrégio Tribunal de Contas (Decisão Monocrática 142/2021, evento 69, aprovada em Sessão Colegiada conforme o evento 82).

Através do OF/SESA/GS/Nº 248/2021, o sr. Secretário de Estado da Saúde informa a esta Corte de Contas o cumprimento da decisão com consequente suspensão do Pregão Eletrônico 0174/2020, eventos 87 a 89.

Após seguiram os autos para o NOF (Núcleo de Controle Externo de Outras Fiscalizações), que, elaborou a ITI - Instrução Técnica Inicial 00145/2021, sugerindo citação e notificação da Sra. Valéria Cacciari Vervloet para apresentar razões de justificativa diante do indicativo de irregularidade consistente na "Inabilitação



Indevida de Licitante”, o que foi acolhido pela Decisão Segex 00183/2021-1 (evento 97).

Devidamente citada, a responsável apresentou Resposta de Comunicação e Defesa/Justificativa conforme eventos 102 a 104.

Em seguida, foram os autos encaminhados à SEGEX, onde foi elaborada pelo NOF (Núcleo de Controle Externo de Outras Fiscalizações) a Instrução Técnica Conclusiva ITC 01851/2021, cuja proposta de encaminhamento restou assim ementada:

5 - PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Ante o exposto, submete-se à consideração superior a seguinte proposta de encaminhamento:

5.1 Considerar procedente a ausência de diligência para sanear erro em apresentação de documento sem registro, ofensa ao princípio do formalismo exagerado;

5.2 reconhecer que a diligência esperada regularizaria o erro no documento apresentado, no entanto, aquele (Balanço Patrimonial Registrado) é uma exigência além das obrigações legais (exceto para S/A – Lei 6404/76), e, portanto, ofende art. 31 c/c art. 3º da Lei 8666/93;

5.3 Determinar ao Secretário Estadual de Saúde, que adote as providências necessárias para o exato cumprimento da Lei;

5.4 Afastar a responsabilização da pregoeira Valéria Cacciari Vervoet, em razão dos termos do art. 28 da Lei 13655/2018 c/c as análises nesta peça onde não se vislumbra ocorrência de ação ou omissão dolosa e, assim como de erro grosseiro;

5.5 Dar ciência ao representante;

5.6 Arquivar os presentes autos;

O Parecer do Ministério Público de Contas 03976/2021 encontra-se no evento 112, após a manifestação do Parquet de Contas, vieram os autos para o Gabinete.

Outrossim, após o envio destes autos para julgamento sobreveio Requerimento 00369/2021-5 pela empresa FORÇA TÁTICA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI, evento 115, licitante participante do Pregão Eletrônico 0174/2020, requerendo em síntese a “liberação” dos demais lotes do certame que não são objeto de discussão nesses autos.



É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

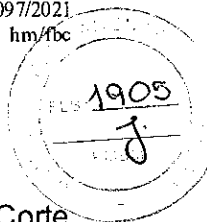
Como dito, trata-se de Representação proposta em face da Secretaria de Estado da Saúde (SESA), em virtude de suposta irregularidade (com consequente desclassificação da representante) no Pregão Eletrônico nº 0174/2020 que têm por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de guarda e vigilância.

Alegou a representante ter sido desclassificada do respectivo certame em virtude de exigência descabida e interpretação equivocada do responsável pela condução do Pregão Eletrônico nº 0174/2020 – SESA – ES, alegando que a única razão para a sua desclassificação seria o fato de não ter havido identificação, por parte de quem conduzia o apregoamento, do registro na Junta Comercial em seu Balanço Patrimonial.

Após instrução processual, de fato, a representante, à época, não juntou na licitação o balanço patrimonial “chancelado” na Junta Comercial, contudo, como bem pontuado pela equipe técnica na Manifestação Técnica 829/2021 (evento 96), não se mostra razoável a desclassificação da melhor proposta de preço por um excesso de formalismo uma vez que este documento poderia ser objeto de fácil autenticação por meio de diligência da Comissão de Licitação.

Com base nos fatos narrados no presente processo, há que se enxergar o ocorrido à luz do princípio do formalismo moderado, concepção principiológica esta analisada por Odete Medauar da seguinte maneira:

O princípio do formalismo moderado consiste, em primeiro lugar, na previsão de rito e formas simples, suficientes para propiciar um grau de certeza, segurança, respeito aos direitos dos sujeitos, o contraditório e a ampla defesa. Em segundo lugar, se traduz na exigência de interpretação flexível e razoável quanto a formas, para evitar que estas sejam vistas como um fim em si mesmas, desligadas das verdadeiras finalidades do processo. (Direito Administrativo Moderno. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 203).
(grifei e sublinhei)



O princípio do Formalismo Moderado também é previsto na Lei Orgânica desta Corte de Contas em seu artigo 52, senão vejamos:

Art. 52. Nos processos serão observados, entre outros, os princípios do contraditório, da ampla defesa, da impessoalidade, da oficialidade, da verdade material, do formalismo moderado, da celeridade, da publicidade, da transparência e da segurança jurídica.

(grifei e sublinhei)

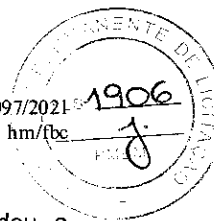
Com base no princípio do Formalismo Moderado uma questão formal não pode inviabilizar a essência jurídica do ato, é dever da Administração considera-lo como válido, a presença de erros e vícios formais, os quais podemos definir como aqueles que, mesmo caracterizando infração aos instrumentos convocatórios, e até mesmo a textos normativos, não ofendem a essência do interesse que a forma visa exteriorizar.

Recentemente, esta Corte de Contas utilizou o princípio do formalismo moderado para conceder liminar e suspender certame. Na ocasião, o debate envolvia a desclassificação de participante, com proposta mais vantajosa, pela ausência do cronograma físico financeiro na apresentação da proposta, vejamos o conteúdo da DECISÃO-TC-1652/2021:

Ao analisar o caso em tela, temos que, de fato, a representante informa que à época não juntou na licitação o cronograma físico financeiro. Este documento é assim chamado porque leva em conta o planejamento dos custos de acordo com a etapa física (ou construída) da obra, verificando quanto dos recursos do orçamento foram usados em cada uma.

Contudo, como bem pontuado pela equipe técnica, não se mostra razoável a desclassificação da melhor proposta de preço por um excesso de formalismo uma vez que este documento poderia ser objeto de fácil supressão por meio de diligência da Comissão de Licitação, conforme já decidiu o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás:

Não cabe a inabilitação de licitante em razão da ausência de informações que possam ser supridas por meio de diligência, facultada pelo art. 43, §3º da Lei 8.666/93, desde que não resulte inserção de documento novo ou afronta à isonomia entre os participantes. (Acórdão 2873/2014 -Plenário TJGO)



A equipe destacou, ainda, que o Poder Judiciário¹, em caso similar, já suspendeu a desclassificação de empresa de engenharia em razão da ausência de juntada de cronograma físico financeiro da proposta financeira. A empresa apresentou a *proposta de menor preço* entre os licitantes habilitados. Todavia, o órgão licitante desclassificou-a em face da não apresentação de cronograma físico-financeiro.

"(...)a desclassificação da autora se deu em razão da não apresentação de "cronograma físico financeiro". A municipalidade alega que tal é peça fundamental para a avaliação da proposta. Em contrapartida na fl. 19, item "XI" (Edital de Tomada de Preço nº 38/2011), onde estão presentes os documentos necessários para apresentação da proposta de preço, não há menção de que o documento indicado na fl. 40 fosse de extrema necessidade. Tal se extrai de singela leitura do Edital. Assim, merece provimento o pedido antecipatório apresentado pela parte autora. DEFIRO, portanto, a antecipação de tutela para considerar suspensa a desclassificação da proposta da parte autora quanto ao Edital de Tomada de Preços nº 38/2011, determinando que reste suspensa a homologação/adjudicação do objeto da licitação, bem como a suspensão de qualquer atividade por parte da litisconsorte se o contrato já estiver firmado (...)"(Processo Principal 11200004009. 3ª Vara Municipal Cível de Viamão. Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul).

Nessa toada, como bem delimitado pela equipe, esta linha de argumentação jurídica está **de acordo** com o princípio da razoabilidade e formalismo moderado, ambos positivados, inclusive, na nova Lei de Licitações 14.133/2021.

Estabelece o art. 12, inciso III da nova lei de licitações que "*o desatendimento de exigências meramente formais que **não** comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo*".

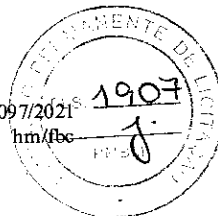
Nesse sentido, cito o ilustre processualista Samuel Meira Brasil Júnior, que leciona que o processo é um instrumento para aplicação do direito material, voltado, sempre, para os resultados que deve produzir. Não se pode esquecer sua função precípua, de solução de conflitos. Portanto, a norma processual é mero instrumento, para permitir a solução mais justa na aplicação do direito material.

Nesse mesmo sentido esclarece José dos Santos Bedaque: o processualismo exagerado normalmente acaba por criar enormes dificuldades para o próprio escopo do processo. A grande atenção que se dá para os conceitos processuais configura inversão de valores, pois o que realmente importa são os resultados alcançados pelo processo no plano do ordenamento material e da pacificação.

Ademais, a observância do princípio do formalismo moderado encontra-se positivado no âmbito desta Corte. Vejamos:

Art. 240. No âmbito do Tribunal, além dos princípios gerais que regem o processo civil e o administrativo, **deverão ser observados, entre outros, os princípios do contraditório, da**

¹https://www.tjrs.jus.br/novo/busca/?return=proc&client=wp_index&combo_comarca=039&comarca=&numero_processo=11200013237&numero_processo_desktop=11200013237&CNJ=N&comarca=&nome_comarca=&uf_OAB=&OAB=&comarca=&nome_comarca=&nome_parte=



ampla defesa, da impessoalidade, da oficialidade, da verdade material, do formalismo moderado, da celeridade, da publicidade, da transparência e da segurança jurídica.

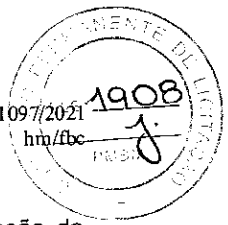
Nessa linha intelectual, o referido princípio do formalismo moderado determina que o certame não pode ser encarado como um concurso de perfeição documental, mas sim, e, verdadeiramente, na essência, como uma disputa em **busca das condições mais vantajosas à administração pública.**

Aplicando-se este princípio no caso em análise, em primeiro lugar, o certame deve dispor de um rito formal, suficiente para proporcionar segurança jurídica e respeito aos direitos dos envolvidos. Em segundo plano, exige-se interpretação flexível e razoável quanto a sua forma, de modo a evitar que a formalidade se torne um fim em si mesmo, afastando-se da verdadeira finalidade do processo – o interesse público (buscar a melhor proposta para a Administração Pública).

Após análise dos autos, foi observado que a empresa que apresentou a proposta mais vantajosa foi desclassificada, por apresentar balanço patrimonial tempestivamente, porém sem autenticação, mas posteriormente encaminhada por e-mail à Comissão de Licitação com a autenticação na Junta Comercial (evento 38), tal desclassificação ocorreu desprezando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e economicidade, prevalecendo o princípio do procedimento formal.

Importante notar também, que o Tribunal de Contas da União possui entendimento no sentido de que, a inabilitação de licitante em virtude da ausência de informações que possam ser supridas por meio de diligência, de que não resulte inserção de documento novo ou afronta à isonomia entre os participantes caracteriza inobservância à sua jurisprudência. Vejamos:

(...) Aduziu que “a jurisprudência deste Tribunal é no sentido de condenar a inabilitação de licitantes em virtude da ausência de informações que possam ser supridas por diligência, sem que essa pesquisa se constitua inserção de documento novo ou afronta à isonomia”. Além disso, o instrumento convocatório “previa a possibilidade de o pregoeiro solicitar informações acerca das características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo e fabricante”. Com relação à falta de comprovação de capacidade de fornecimento da empresa inabilitada,



o relator afirmou que o argumento não devia prosperar, uma vez que a desclassificação da licitante "não se deu por sua incapacidade comercial, mas por formalidades supríveis em simples diligência, além do fato de ter ficado assente nos autos que essa empresa já havia participado e vencido outros certames de objeto semelhante". Assim, diante das razões expostas pelo relator, o Tribunal conheceu do recurso e, no mérito, negou-lhe provimento.

(Informativo de Jurisprudência sobre Licitações e Contratos nº 192 do Tribunal de Contas da União, Acórdão 918/14 – Plenário, TC 000.175/2013- 7, Rel. Min. Aroldo Cedraz, 09.04.2014).

Há que se ressaltar ainda, que "o princípio do procedimento formal não significa que se devam inabilitar licitantes ou desclassificar propostas diante de quaisquer omissões ou inconformidades documentais ou de elaboração da proposta. Lacunas ou erros cometidos pelos licitantes podem ser sanados, desde que não causem prejuízos à avaliação dos aspectos essenciais da proposta pela Administração ou aos direitos dos concorrentes".

Nesse pormenor, a verificação em sede de diligência da autenticidade do Balanço apresentado no momento oportuno com àquele constante no Livro Diário registrado na Junta Comercial não possuiu gravidade suficiente para inabilitação da empresa participante do certame, por ser apenas um meio de comprovar a autenticidade do documento exigido e entregue para fins de habilitação, segundo a exigência prevista no art. 31, inciso I, da Lei 8.666/96 e item 1.4.1, Anexo III, do Pregão Eletrônico nº 0174/2020.

O pregoeiro foi criado para ser um administrador do procedimento licitatório, bem como um negociador, dispondo inclusive o art. 17 do Decreto nº 10.024/2019 que, regulamenta o pregão na forma eletrônica para aquisição de bens e serviços comuns, além de dar outras providências, *"o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação"*.

Na linha da cautelar deferida nestes autos (Decisão Monocrática 00142/2021, evento 69), desta relatoria, caberia à Comissão produzir diligência para dar oportunidade ao particular em comprovar que o conteúdo do documento apresentado corresponde às informações e aos dados contábeis contidos em sua

contabilidade, vedada a juntada de documento novo, ou seja, aquele não inserido nos documentos apresentados na fase de habilitação.

De fato, a legislação veda a juntada de documento novo, considerado este por inclusão posterior de documento que deveria constar no momento da apresentação dos documentos em fase de habilitação, entretanto, a juntada de documento para fins de complementação é perfeitamente possível.

Assim, deveria o Pregoeiro com base na redação do art. 43, §3º da Lei nº 8666/93², e nas regras do edital nº 0174/2020 (evento 23), realizar as diligências necessárias de modo a esclarecer e complementar a instrução processual, sanando ou mitigando eventuais erros, para comprovar a autenticidade do balanço patrimonial apresentado em fase de habilitação econômico-financeira, buscando assim alcançar a proposta mais vantajosa para a administração.

E nesse ponto, em cumprimento a Decisão Monocrática 00142/2021, entendeu o pregoeiro da SESA ser novo o documento obtido em sede de diligências, ocorre que, do cotejo dos autos, a equipe técnica na Manifestação Técnica 829/2021, deixou claro que *“ao se analisar os documentos apresentados, as diferenças verificadas é no que se refere ao número de páginas. Inicialmente, o documento apresentado possuía 25 (vinte e cinco) folhas, enquanto o posterior, registrado na Junta Comercial, possuía 20 (vinte) páginas.”*

E continua, ***“as informações contidas em ambos são as mesmas, no que tange ao valor do Ativo, Passivo, Movimento Total, Receitas, ou seja, aquelas informações necessárias para demonstrar a situação contábil, econômica e financeira da empresa, estão iguais nos documentos. Ocorre que, inicialmente, apresentou-se informações a mais, como os índices contábeis, que poderia ser aferido apenas com as informações constantes nas demonstrações”***.

Nessa ordem de ideias, identifica-se que as informações no balanço são as mesmas, sendo apenas sanado um erro formal, autenticação na Junta Comercial. Entender de forma diversa, afastando a validade de o documento complementar obtido em diligência, constitui formalidade excessiva, que pode e deve ser mitigada

² Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos: (...)

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

em prol da obtenção da melhor proposta conforme o caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988 e, art. 3º da Lei 8.666/93³.

E mais, destaca-se que a inabilitação da licitante não se deu por uma incapacidade financeira, mas por formalidades supríveis por meio de diligência. Ainda, a Empresa licitante demonstrou ter participado e vencido outros certames com objeto semelhante ao presente realizados pela Administração Pública Estadual (evento eletrônico 3 – fls. 115 a 134).

Com efeito, a Instrução Técnica Conclusiva ITC 01851/2021 sintetizou a questão apresentada da seguinte forma:

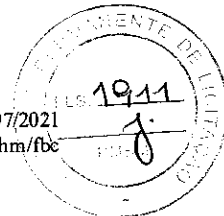
De tudo que foi exposto, a ocorrência de fato foi a apresentação de um documento que deveria estar registrado na junta comercial e à primeira vista não se comprovou. Entretanto, ali estava o documento, diligenciar ao órgão competente e confirmar registro era sanar uma formalidade e prosseguir com o certame. Seguindo a corrente que, inclusive, concedeu cautelar face o pregão eletrônico 174/2020 da SESA, confirma-se que inabilitar um licitante que apresentou documento com falha sanável, pelos aspectos já realçados, é de fato uma irregularidade.

Por conseguinte, com base nos argumentos acima lançados, assiste razão a Representante por sua inadequada inabilitação que, vencedora na disputa de lances ofertando a proposta mais vantajosa para a Administração, foi afastada do certame por ausência de autenticação em documento apresentado oportunamente na fase de habilitação, por considerar falha sanável, a ser confirmada por simples diligência da comissão junta ao órgão competente, tudo isso com arrimo no princípio da formalidade moderada e na primazia do interesse público.

Não obstante o defendido acima, lado outro, a área técnica entende não ser exigível como requisito de habilitação a apresentação de Balanço Patrimonial registrado na junta comercial, reproduzo excerto:

Pelas informações acostadas aos autos, o procedimento licitatório encontra-se suspenso, portanto, o momento é adequado para regularização e adoção das medidas necessárias.

³ Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, **a seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.



E daí é necessário atrair para discussão e reflexão a ressalva que já se fez nesta peça quanto a exigência de Balanço Patrimonial registrado na junta comercial.

1.4.1.2-Quando não houver a obrigatoriedade de publicação do Balanço e das Demonstrações Contábeis, deverão ser apresentadas cópias legíveis dessas peças, bem como dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, registrado na Junta Comercial ou no órgão competente. (g.n)

As diligências esperadas pelas Cortes de Contas devem se dar para suprir falhas formais, e é entendimento geral que para habilitação em procedimentos licitatórios, somente se exigirá os documentos estabelecidos pelos artigos 27 a 31 da Lei 8666/93.

Extrai-se da legislação em comento:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

Ou seja, não se encontra amparado na legislação a exigência de registro de peças contábeis na junta comercial.

A cartilha 'Licitações & Contratos – Orientações e Jurisprudência do TCU'⁴ elaborada pelo Tribunal de Contas da União, página 439, estabelece quanto a expressão "na forma da lei":

Balanço patrimonial e demonstrações contábeis

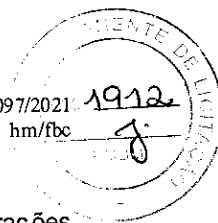
Estabelece a Lei nº 8.666/1993 que o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis devem ser apresentadas na 'forma da lei'.

Quanto à elaboração desses documentos, as normas relativas variam em função da forma societária adotada pela empresa. Assim, dependendo do tipo de sociedade, deverão ser observadas regras específicas para a validade desses demonstrativos. Caberá ao ato convocatório da licitação disciplinar o assunto.

Para sociedades anônimas, regidas pela Lei nº 6.404/1976, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social devem ter sido, cumulativamente:

- registrados e arquivados na junta comercial;
- publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia;
- publicados em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada também a sede da companhia.

⁴ <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/licitacoes-e-contratos-4-edicao.htm>



Com relação às demais empresas, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis devem constar das páginas correspondentes do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio do licitante (ou em outro órgão equivalente), com os competentes termos de abertura e de encerramento.

Para entender melhor as descrições acima, é reproduzido na sequência a análise efetuada nos autos TCU 025.3000/2017-2, que se referiu a matéria similar:

Cabe, no entanto, transcrever artigos do Código Civil relacionados à escrituração:

‘Art. 1.179. O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

(...) Art. 1.181. Salvo disposição especial de lei, os livros obrigatórios e, se for o caso, as fichas, antes de postos em uso, devem ser autenticados no Registro Público de Empresas Mercantis.

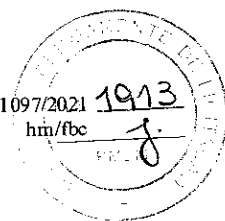
(...) Art. 1.184. No Diário serão lançadas, com individuação, clareza e caracterização do documento respectivo, dia a dia, por escrita direta ou reprodução, todas as operações relativas ao exercício da empresa.

(...) § 2º Serão lançados no Diário o balanço patrimonial e o de resultado econômico, devendo ambos ser assinados por técnico em Ciências Contábeis legalmente habilitado e pelo empresário ou sociedade empresária.’

Conforme se observa, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, para terem validade, devem ser elaborados em conformidade com a legislação comercial, societária e fiscal, em vigência na data de seu encerramento. A disposição contida no § 2º do art. 1.184 do Código Civil (Lei 10.406/2002) estabelece que os referidos demonstrativos devem ser lançados no Livro Diário da empresa estando ambos assinados por técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitado e pelo empresário responsável.

Portanto, o Balanço Patrimonial autêntico e apresentando na forma da lei civil é o que consta no Livro Diário. Verifica-se, assim, que a principal forma de apresentação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício é por meio de cópia autenticada do Balanço lançado no Livro Diário.

Em nenhum momento o Código Civil, ou outra lei, estabelece para as sociedades por ele reguladas a obrigatoriedade de registro do Balanço Patrimonial na Junta



Comercial.

Não pode, portanto, o edital exigir, como única forma de comprovação da capacidade financeira, a apresentação de Balanço Patrimonial registrado na Junta Comercial.

Nesse ponto, cabe novamente esclarecer que 'registro' e 'autenticação' são procedimentos diferentes, embora o Balanço Patrimonial possa ser registrado na Junta Comercial (conforme procedimentos constantes da peça 5), para as sociedades reguladas pelo Código Civil esse registro não é obrigatório, uma vez que tal obrigação não consta em nenhuma lei.

Ou seja, traduzindo e simplificando, exceto para as S/A (Lei 6404/76), não há legislação que obrigue demais empresas a registrarem balanço patrimonial na junta comercial, portanto, um edital de licitação que exige tal registro, exacerba limites legais e converte-se em cláusula restritiva à competitividade.

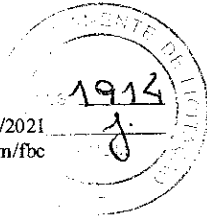
Assim é preciso novamente contextualizar, efetivamente enfrentar o caso concreto permitindo adotar razões para decidir.

De uma forma geral, seguindo precedentes e entendimentos doutrinários e jurisprudenciais, em procedimentos licitatórios a apresentação de um documento sem comprovação de registro é considerado falha sanável e, portanto, a diligência (entendida no art. 43, § 3º da Lei 8666/93 e, na lei nova, nº 14.133/2021, art. 64) para sua verificação e validação é necessária.

Por outro lado, a diligência somente é cabível para sanar falhas em documentos legalmente exigíveis (arts. 27 a 31 da Lei 8666/93), e no caso concreto, não se encontra amparo para que Balanço Patrimonial e outras peças contábeis devam ser apresentados com registro na junta comercial.

Com efeito, a área técnica apresenta duas conclusões para o caso fático, a primeira, seguindo precedentes e entendimentos doutrinários e jurisprudenciais, em procedimentos licitatórios a apresentação de um documento sem comprovação de registro é considerado falha sanável e, portanto, a diligência para sua verificação e validação é necessária.

E a segunda conclusão de ser a diligência somente cabível para sanar falhas em documentos legalmente exigíveis (arts. 27 a 31 da Lei 8666/93), e no caso concreto, não se encontra amparo para que Balanço Patrimonial e outras peças contábeis devam ser apresentados com registro na junta comercial.



De fato, a inabilitação da licitante VERTICE SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI ocorreu pelo seguinte motivo: *“ter ap(ilegível) o Balanço Patrimonial e Demonstrações contábeis, sem o devido registro da Junta Comercial ou no (ilegível) documentação, bem como as planilhas exigidas”*, pág. 56 do evento 37. Eis o que diz o art. 31, I da Lei de Licitações:

*Art. 31 A documentação relativa à qualificação econômico-financeira **limitar-se-á** a (grifei):*

I – balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

O edital do certame dispõe no item 1.4.1, como requisito pertinente à qualificação econômico-financeira, a apresentação do *“Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis referentes ao último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.”*.

Observa-se que o art. 31, inciso I, da Lei 8.666/93, reproduzido no edital, reza que o balanço e as demonstrações contábeis a serem apresentados devem ser relativos ao último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

Como bem apontou a área técnica não se encontra amparado na legislação a exigência de registro do Balanço Patrimonial na junta comercial, com exceção das S/A (Lei 6404/76).

O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, para terem validade, devem ser elaborados em conformidade com a legislação comercial, societária e fiscal, em vigência na data de seu encerramento. A disposição contida no § 2º do art. 1.184 do Código Civil (Lei 10.406/2002) estabelece que os referidos demonstrativos devem ser lançados no Livro Diário da empresa estando ambos assinados por técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitado e pelo empresário responsável.

Portanto, o Balanço Patrimonial autêntico e apresentando na forma da lei civil é o que consta no Livro Diário. Verifica-se, assim, que a principal forma de apresentação do Balanço Patrimonial é por meio de cópia autenticada do Balanço lançado do Livro Diário.

A empresa VERTICE SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI apresentou cópia do Balanço Patrimonial e dos termos de abertura e encerramento do Livro Diário sem qualquer comprovação de autenticidade (evento 28). E nesse momento caberia a Pregoeira a realização de diligência para confirmar a veracidade dos documentos. Ocorre que, como já dito, não é legalmente exigível o registro do Balanço Patrimonial como requisito para habilitação econômico-financeira. Assim, a inabilitação da empresa por este motivo seria inapropriada.

Quanto a conduta da pregoeira, a ITC deixou claro que não há elementos que indiquem que a conduta da pregoeira se afigura como dolosa ou derivada de erro grosseiro, conforme bem demonstrando na ITC 01851/2021-1, não cabendo imputação de penalidade a esta agente, muito embora o erro cometido

Dando seguimento aos achados da área técnica, oportuno colacionar excerto da conclusão, abaixo transcrevo:

No caso concreto, apresentou-se um documento que deveria, por solicitação do edital, constar com registro em órgão especializado, porém não estava. Para estes casos, em geral, como por exemplo, um documento assinado sem firma reconhecida, uma certidão sem autenticação, etc., a realização de diligência era esperada.

Ocorre que, também para este caso concreto, há um fato que não constou das discussões iniciais que é a exigência de registro de peças contábeis na Junta Comercial, não estar amparada na legislação e não deveria ocorrer. Usando termos utilizados no TCU e sintetizando, não há obrigatoriedade para que empresas (exceto S/A) registrem seus balanços patrimoniais na Junta. Portanto, um edital que exige tal registro impõe uma obrigação e um custo capaz de afastar eventuais interessados no certame.

Assim, aproveitando a suspensão do certame, é oportunizado ao jurisdicionado regularizar a situação encontrada.

A não realização de diligência deve ser considerado uma irregularidade e a representação procedente. Por outro lado, para além disto, no caso concreto, não bastava a diligência já que o documento que se pretendia regularizar era um registro de peça contábil não exigido pela legislação.

Portanto, cópia desta peça deve ser encaminhada para cientificar o Secretário Estadual de Saúde e para que adote as medidas que entender pertinente e necessárias para a regularização dos fatos.

Por sua vez o Ministério Público de Contas, por meio do Parecer 03976/2021, seguiu o mesmo entendimento exarado pela área técnica, sugerindo ademais que, “2.1 – nos termos dos arts. 1º, XXV, 94, 95, inciso II, 101, caput e parágrafo único, da LC n. 621/2012, manifesta-se pelo conhecimento da representação e, no mérito, pela total procedência e, por consectário, conforme art. 1º, inciso XVI, do mesmo estatuto legal, seja expedida determinação ao Secretário de Saúde do Estado do Espírito Santo no sentido de caso tenha interesse no prosseguimento do Pregão n. 0174/2020 que promova sua regularização, sanando-se as inconsistências apontadas nestes autos e, se a opção for pela anulação do certame, que o novo edital seja elaborado sem os vícios ora detectados.”.

Importa esclarecer que, embora a sugestão do Ministério Público pela revisão do edital afastando a ilegalidade de registro do Balanço Patrimonial na Junta Comercial como requisito para habilitação, da leitura das regras do edital, ao meu sentir, não consta como requisitos a apresentação de Balanço registrado, em verdade, houver equívoco da Pregoeira na descrição do motivo que inabilitou a Empresa.

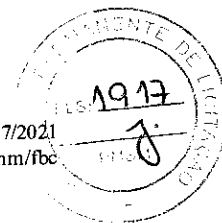
O edital do certame dispõe da seguinte forma acerca da documentação pertinente à qualificação econômico-financeira, evento 03, pág. 62:

1.4 - DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1.4.1 - Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis referentes ao último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

1.4.1.1 - No caso de sociedade anônima e de outras empresas obrigadas à publicação, deverá ser apresentada a cópia da publicação, na imprensa oficial, do Balanço e das Demonstrações Contábeis, além da ata de aprovação devidamente registrada na Junta Comercial.

1.4.1.2 - Quando não houver a obrigatoriedade de publicação do Balanço e das Demonstrações Contábeis, deverão ser apresentadas cópias legíveis dessas peças, bem



como dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, registrado na Junta Comercial ou no órgão competente.

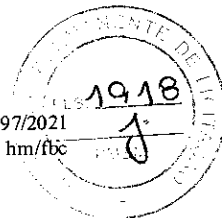
1.4.1.3 - No caso de Livro Diário expedido através do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverá ser apresentado além do Balanço e das Demonstrações Contábeis, registrado no órgão competente, o termo de abertura e de encerramento do Livro Diário e o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital emitido pelo referido sistema.

1.4.1.4 - Consideram-se “já exigíveis” as Demonstrações Contábeis e o Balanço Patrimonial referentes ao exercício social imediatamente antecedente ao ano da licitação, quando a data de apresentação dos documentos de habilitação ocorrer a partir de 01 de maio (art. 1.078, I, do Código Civil), mesmo no caso de licitantes obrigados ao SPED, devendo ser desconsiderado prazo superior para transmissão das peças contábeis digitais estabelecido por atos normativos que disciplinam o citado SPED (conforme entendimento do TCU, Acórdãos 1999/2014 e 119/2016, ambos do Plenário).

1.4.1.5 - Empresa que, de acordo com a legislação, não tenha apurado as demonstrações contábeis referentes ao seu primeiro exercício social, deverá apresentar balanço de abertura, levantado na data de sua constituição, conforme os requisitos de legislação societária e comercial.

Com efeito, o edital de licitação prevê opções para as licitantes comprovarem a boa situação financeira de suas empresas. O item 1.4.1.1 trata especificamente das S/A e outras empresas obrigadas a publicarem o balanço. No caso do item 1.4.1.2, se requer apresentação dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, registrados na Junta Comercial ou no órgão competente. Ou seja, o Livro Diário deve ser registrado, mas o balanço patrimonial deve apenas ser “autenticado”, nada obsta o registro, mas o item do edital solicita apenas a autenticidade do documento, com o fim de comprovar ser o mesmo inserido no Livro Diário registrado na Junta Comercial. Já o item 1.4.1.3, refere-se aos casos de Livro Diário expedido através do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED. Assim, não verifiquei nas disposições acima mencionadas, exigências descabidas, restritivas à competitividade do certame.

Desse modo, entendo procedente a representação, com a retomada do Pregão nº 0174/2020 na fase de habilitação e, por conseguinte, aceitação do balanço patrimonial entregue pela licitante como válido, não passível, por si só, de



inabilitação, analisando-se os demais documentos apresentados pela Representante.

Por fim, em relação ao Requerimento 00369/2021-5, apresentado pela empresa FORÇA TÁTICA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI, informando que o pregão nº 0174/2020 foi dividido em 3 (três) lotes, tendo sido a empresa representante inabilitada apenas para o lote 01 (um), solicitando, portanto, o prosseguimento do certame para a contratação dos serviços referentes aos lotes 2 e 3, perde seu objeto, na medida que a presente decisão autoriza a continuidade ao certame após sanadas as inconsistências de habilitação.

Ante todo o exposto, acompanhando o entendimento da área técnica e, parcialmente⁵ do Ministério Público de Contas, VOTO nos seguintes termos:

SÉRGIO MANOEL NADER BORGES
Conselheiro Relator

1. ACÓRDÃO TC-1097/2021:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:

1.1. CONSIDERAR procedente a representação, em relação a ausência de diligência para sanear erro em apresentação de documento sem registro, ofensa ao princípio do formalismo moderado;

1.2. RECONHECER o documento complementar autenticado como válido e, por conseguinte, apto a permitir a continuidade da Representante Inabilitada na fase de

⁵ Divergência apenas em relação à alteração do edital em caso de republicação para excluir cláusulas restritivas de competitividade caso seja essa a escolha do Jurisdicionado, pois em verdade não houve cláusula restritiva, e sim falha na interpretação do edital por parte de quem conduziu o certame.

habilitação;

1.3. RECOMENDAR ao atual pregoeiro da Secretaria de Estado da Saúde que, em procedimentos de Pregão na fase de habilitação econômico-financeira abstenha-se de inabilitar participantes pelo motivo "ausência de registro do Balanço na Junta Comercial", por ser exigência além das obrigações legais (exceto para S/A – Lei 6404/76), e, portanto, ofende art. 31 c/c art. 3º da Lei 8666/93;

1.4. RECOMENDAR ao atual pregoeiro da Secretaria de Estado da Saúde que, em procedimentos licitatórios busque sempre a melhor proposta para administração em detrimento do excesso de formalismo, promovendo-se diligências saneadoras sempre que necessárias;

1.5. DETERMINAR ao Secretário Estadual de Saúde, que adote as providências necessárias para o exato cumprimento da Lei;

1.6. AFASTAR a responsabilização⁶ da pregoeira Valéria Cacciari Vervloet, em razão dos termos do art. 28 da Lei 13655/2018, concomitante as análises efetivadas nesses autos, onde não se vislumbra ocorrência de ação ou omissão dolosa e, assim como de erro grosseiro;

1.7. DAR CIÊNCIA ao representante;

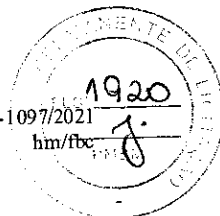
1.8. ARQUIVAR os autos após o trânsito em julgado.

2. Unânime.

3. Data da Sessão: 30/09/2021 - 52ª Sessão Ordinária do Plenário.

4. Especificação do quórum:

⁶ Apenas em relação a sanção pecuniária, pois a irregularidade ocorreu, muito embora sanável.



4.1. Conselheiros: Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun (presidente), Sérgio Manoel Nader Borges (relator), Domingos Augusto Taufner, Rodrigo Coelho do Carmo e Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha.

4.2. Conselheira substituta: Márcia Jaccoud Freitas (em substituição).

CONSELHEIRO RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN

Presidente

CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

Relator

CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO

CONSELHEIRO LUIZ CARLOS CICILIOTTI DA CUNHA

CONSELHEIRA SUBSTITUTA MÁRCIA JACCOUD FREITAS

Em substituição

Fui presente:

PROCURADOR DE CONTAS LUIS HENRIQUE ANÁSTÁCIO DA SILVA

Procurador-geral

LUCIRLENE SANTOS RIBAS

Secretária Geral das Sessões em substituição



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Barra Mansa
Procuradoria Geral do Município

1921

PARECER

Barra Mansa 26 de maio de 2023

1. Trata-se de análise de recursos e contrarrazões, conforme solicitação da CPL (fls. 1894/1898), constante no processo 3228/2022 no âmbito da concorrência pública 03/2022- Concessão do Estacionamento Rotativo.
2. A empresa ZONA AZUL apresentou recurso (fls. 1786/1801) contra sua inabilitação por descumprimento do item 6.6.6 do edital, ao deixar de indicar a especificação de hardware necessário para a solução tecnológica a ser aplicada. Alega que havia a descrição do hardware no projeto detalhado e que tal exigência não poderia ser critério de habilitação, sendo também excesso de formalismo.
3. A empresa MOBITT apresentou recurso (fls. 1803/1805) requerendo a inabilitação da empresa LOG1 alegando que os atestados não atendem às exigências do edital, pois um atestado tem quantitativo de vagas inferior ao exigido no edital e o outro atestado trata de vagas em área fechada, não tendo semelhança com as vagas em vias públicas do estacionamento rotativo do edital, e não foi averbado em nenhum conselho profissional.
4. A empresa PRIMEIRA ESTACIONAMENTOS apresentou recurso (fls. 1807/1838) contra a decisão que a inabilitou pela:
 - 4.1. Não apresentação da declaração constante no anexo IX do Edital (declaração de atendimento a Lei Federal 8213/91). Alega que a referida declaração se trata apenas de condição para retirada da nota de empenho, devendo ser exigida apenas do vencedor da licitação, ou seja, apenas no momento de assinatura do contrato, se tratando então de excesso de formalismo;
 - 4.2. E pela não habilitação por não ter apresentado a indicação da especificação de hardware necessária para a solução tecnológica a ser aplicada (item 6.6.6 do edital), a empresa alega que tal exigência na fase de habilitação restringe a competição, sendo também excesso de formalismo.
5. A empresa LOG1 apresentou recurso (fls. 1840/1844) requerendo a inabilitação das empresas MOBBIT E CAR PARK, pelos seguintes motivos:
 - 5.1. A empresa MOBBIT não apresentou recibo de entrega da escrituração contábil, não atendendo ao item 6.3 do edital;
 - 5.2. A empresa CAR PARK não apresentou a especificação de hardware necessária para a solução tecnológica a ser aplicada, descumprindo assim o item 6.6.6 do edital.
6. A empresa MOBBIT apresentou contrarrazões (fls. 1848/1855) ao recurso da empresa LOG1, alegando que o edital não especificou a forma de apresentação do documento e que ela apresentou na "forma da lei", visto que na documentação entregue (Escrituração Contábil Digital – ECD) consta no rodapé o número de recibo, atendendo assim o edital.
7. A empresa MOBBIT ainda apresentou complemento ao recurso (fls. 1857/1865) reiterando o pedido de inabilitação da empresa LOG1, requerendo também:
 - 7.1. Inabilitação da empresa CAR PARK devido ao não atendimento ao item 6.6.6 do edital (indicar a especificação de hardware necessária para a solução tecnológica a ser aplicada), pois a documentação apresentada não indicou a especificação do hardware, mas apenas as funcionalidades e imagens do sistema.
 - 7.2. Se manifestando pela manutenção da inabilitação das empresas ZONA AZUL, PRIMEIRA ESTACIONAMENTOS, VERTEAM e PRIME.
8. A empresa CAR PARK apresentou contrarrazões (fls. 1869/1878) ao recurso da empresa LOG1, alegando que atendeu aos requisitos do edital e sua habilitação deve ser mantida.




192/2

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Barra Mansa
Procuradoria Geral do Município

9. A empresa LOG1 apresentou contrarrazões (fls. 1880/1888) ao recurso da empresa MOBBIT alegando que os atestados apresentados atendem ao edital, sendo que o acervo técnico apresentado comprova o gerenciamento de mais de 4348 vagas.
10. O relatório da Comissão de Avaliação (fls. 1892/1893), não se manifestou quanto a ausência de declaração do anexo IX pela empresa PRIMEIRA, bem como quanto a ausência de recibo da entrega da escrituração contábil pela empresa LOG1, visto que esses pontos não se tratam de questões técnicas. Entretanto a Comissão se manifestou pela inabilitação das empresas:
- 10.1. ZONAAZUL por não atender ao item 6.6.6 do edital ao não apresentar a especificação de hardware;
- 10.2. LOG1 por não apresentar atestado de acordo com edital, visto que um dos atestados tinha apenas 479 vagas, o outro atestado refere-se a vagas em parque municipal e não foi averbado, e que os documentos de fls. 1137/1138 não contém número de vagas;
- 10.3. PRIMEIRA por não apresentar declaração de disponibilidade de software e hardware necessária, entretanto deixou de se manifestar;
- 10.4. CAR PARK por não atendimento ao item 6.6.6 do edital (especificação de hardware necessário).
11. A Comissão de Licitação, no seu relatório de fls. 1894/1898, afirma que atuou em estrita observância do instrumento convocatório e que o edital foi submetido à análise do TCE-RJ, não sofrendo impugnação ou pedido de esclarecimento. A CPL entende que a declaração do anexo IX não deve ser exigida no momento da habilitação, assistindo razão à empresa PRIMEIRA nesse ponto, e quanto à apresentação do recibo de entrega da documentação contábil pela empresa MOBBIT foi realizada diligência, em que se verificou o número do recibo informado no rodapé das peças contábeis.
12. Esta Procuradoria se limita a examinar questões jurídicas, não cabendo adentrar no mérito técnico do objeto, assim considera válida a manifestação da Comissão de Avaliação Técnica (fls. 1892/1893) quanto as questões da especificação de hardware e dos atestados de capacidade técnica apresentados. Quanto a declaração do anexo IX verifica-se que não é exigida na habilitação, e quanto a ausência do recibo de entrega da documentação contábil acompanhamos o entendimento da CPL, visto que é possível aferir a informação prestada por outro meio, evitando assim reduzir o número de propostas concorrentes e a competitividade no certame, o que prejudicaria o interesse público na sua busca pela proposta mais vantajosa.
13. Portanto, acompanhamos a CPL e opinamos pela:
- 13.1. Improcedência do recurso da ZONA AZUL;
- 13.2. Procedência parcial do recurso da LOG1 e PRIMEIRA;
- 13.3. Procedência do recurso da MOBBIT, que restou habilitada para a próxima fase do certame.

Parecer que submeto a apreciação superior.


Helio R/S Francisco
Procurador
OAB/RJ 163.628
Mat. 16160

SUMÁRIO

Angra dos Reis.....	
Aperibé.....	
Araucária.....	
Areal.....	
Armação dos Búzios.....	
Arraial do Cabo.....	
Barra do Piraí.....	
Barra Mansa.....	1
Belford Roxo.....	
Bom Jardim.....	
Bom Jesus do Itabapoana.....	
Cabo Frio.....	
Cachoeiras de Macacu.....	
Cambuci.....	1
Campos dos Goytacazes.....	
Cantagalo.....	1
Carapebus.....	
Cardoso Moreira.....	
Carmo.....	
Casimiro de Abreu.....	
Comendador Levy Gasparian.....	
Conceição de Macabu.....	
Cordeiro.....	
Duas Barras.....	
Duque de Caxias.....	
Engenheiro Paulo de Frontin.....	
Guapimirim.....	
Iguaba Grande.....	

Itaboraí.....	1
Itaguaí.....	1
Italva.....	
Itaocara.....	
Itaperuna.....	
Italva.....	
Japeri.....	2
Laje do Muriaé.....	
Macadã.....	
Macuco.....	
Magé.....	
Mangaratiba.....	
Merica.....	2
Mendes.....	
Mesquita.....	
Miguel Pereira.....	
Miracema.....	
Natividade.....	
Nilópolis.....	
Niterói.....	
Nova Friburgo.....	
Nova Iguaçu.....	2
Paracambi.....	
Paraíba do Sul.....	
Paraty.....	
Paty do Alferes.....	
Petropolis.....	
Pinheiral.....	
Piraí.....	
Porciuncula.....	
Porto Real.....	
Quatis.....	

Queimados.....	
Quissamã.....	
Resende.....	3
Rio Bonito.....	
Rio Claro.....	
Rio das Flores.....	
Rio das Ostras.....	
Rio de Janeiro.....	
Santa Maria Madalena.....	
Santo Antônio de Pádua.....	
São Fidélis.....	
São Francisco de Itabapoana.....	
São Gonçalo.....	
São João da Barra.....	
São João de Meriti.....	
São José de Ubá.....	
São José do Vale do Rio Preto.....	
São Pedro d'Aldé.....	
São Sebastião do Alto.....	
Sepetiba.....	
Saquarema.....	3
Seropedica.....	
Silva Jardim.....	
Sumidouro.....	
Tanguá.....	
Teresopolis.....	3
Três Rios.....	
Valença.....	
Varre-Sai.....	
Vassouras.....	
Volta Redonda.....	3

Município de Barra Mansa

PREFEITURA MUNICIPAL

AVISO DE JULGAMENTO DE RECURSO E CONTINUIDADE CONCORRÊNCIA Nº 003/2022

OBJETO: CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO ONEROSO, PARA GESTÃO E EXPLORAÇÃO DOS ESTACIONAMENTOS ROTATIVOS NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BARRA MANSA, DENOMINADO "ESTACIONAMENTO ROTATIVO BARRA MANSA". A Presidente CPL da comunica aos interessados na Concorrência supracitada, da DECISÃO proferida pelo Ilmo Sr. Secretário Municipal de Ordem Pública, face aos recursos interpostos, que decidiu pela IMPROCEDÊNCIA do apresentado pela licitante ZONAZUL BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, pela PROCEDÊNCIA PARCIAL dos apresentados pelas licitantes LOG1 SOLUÇÕES INTEGRADAS EPP e PRIMEIRA ESTACIONAMENTOS LTDA, e pela PROCEDÊNCIA do recurso interposto pela licitante MOBBIT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA. Face ao exposto resta habilitada a licitante MOBBIT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA e fica marcada a continuidade do certame para o dia 06/06/2023 às 09h00.

Érika Ribeiro Barbosa

Presidente - Comissão Permanente de Licitação

Id: 2482125

Município de Cambuci

PREFEITURA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº006/2023

O Município de Cambuci, através de sua Comissão Permanente de Licitação torna público que realizará licitação na modalidade Tomada de Preços Nº006/2023.

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de pavimentação e drenagem de Ruas Projetadas, Bairro Beira Rio, Cambuci (RJ).

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de pavimentação e drenagem de Ruas Projetadas, Bairro Beira Rio, Cambuci (RJ).

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de pavimentação e drenagem de Ruas Projetadas, Bairro Beira Rio, Cambuci (RJ).

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de pavimentação e drenagem de Ruas Projetadas, Bairro Beira Rio, Cambuci (RJ).

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de pavimentação e drenagem de Ruas Projetadas, Bairro Beira Rio, Cambuci (RJ).

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de pavimentação e drenagem de Ruas Projetadas, Bairro Beira Rio, Cambuci (RJ).

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de pavimentação e drenagem de Ruas Projetadas, Bairro Beira Rio, Cambuci (RJ).

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de pavimentação e drenagem de Ruas Projetadas, Bairro Beira Rio, Cambuci (RJ).

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de pavimentação e drenagem de Ruas Projetadas, Bairro Beira Rio, Cambuci (RJ).

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de pavimentação e drenagem de Ruas Projetadas, Bairro Beira Rio, Cambuci (RJ).

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de pavimentação e drenagem de Ruas Projetadas, Bairro Beira Rio, Cambuci (RJ).

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de pavimentação e drenagem de Ruas Projetadas, Bairro Beira Rio, Cambuci (RJ).

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de pavimentação e drenagem de Ruas Projetadas, Bairro Beira Rio, Cambuci (RJ).

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de pavimentação e drenagem de Ruas Projetadas, Bairro Beira Rio, Cambuci (RJ).

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de pavimentação e drenagem de Ruas Projetadas, Bairro Beira Rio, Cambuci (RJ).

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de pavimentação e drenagem de Ruas Projetadas, Bairro Beira Rio, Cambuci (RJ).

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de pavimentação e drenagem de Ruas Projetadas, Bairro Beira Rio, Cambuci (RJ).

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de pavimentação e drenagem de Ruas Projetadas, Bairro Beira Rio, Cambuci (RJ).

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de pavimentação e drenagem de Ruas Projetadas, Bairro Beira Rio, Cambuci (RJ).

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de pavimentação e drenagem de Ruas Projetadas, Bairro Beira Rio, Cambuci (RJ).

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de pavimentação e drenagem de Ruas Projetadas, Bairro Beira Rio, Cambuci (RJ).

Município de Itaboraí

PREFEITURA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ

AVISO DE SUSPENSÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº

09/2022 - PM

PROCESSO: 4272/2021. OBJETO: "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESCARGA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, DE SERVIÇOS DE SAÚDE E ENTULHOS"

Em cumprimento ao Acórdão nº53754/2023 e ao Voto GCS2, referentes ao Processo TCE/RJ 246.555-1/2022, comunicamos a SUSPENSÃO da presente licitação.

Para maiores informações os Interessados devem dirigir-se a Comissão Permanente de Licitação - Rua Dr. Mesquita, 340, Centro, Itaboraí, das 10h às 16h, ou pelo e-mail: semis@itaboraí.rj.gov.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Id: 2482659

Município de Itaguaí

PREFEITURA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 8472/2023

A Secretaria Municipal de Licitações e Contratos, considerando o disposto no artigo 1º do Decreto Municipal nº 4.210/2017, RATIFICA A DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos autos do Processo Administrativo nº 8472/2023, realizada com fundamento no artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, em favor da empresa ITAMOBILE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 14.598.008/0001-82, com proposta no valor global de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), referente ao fornecimento integral de carteiras universitárias diretor escalonáveis com montagem, para compor o Auditório pertencente a Secretaria Municipal de Licitações e Contratos, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência.

Itaguaí, 30 de maio de 2023.

SAMUEL MOREIRA DA SILVA - Secretário Municipal de Licitações e Contratos

Matr. 45.972

Id: 2482937

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ

CHAMADA PÚBLICA Nº 006/2023 (P.A. 6591/2023)

Objeto resumido: O objeto da presente é o CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS, POR MEIO DE PATROCÍNIO POR COTA visando a PERMISSÃO REMUNERADA DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA INSTALAÇÃO DE CAMAROTE E FORNECIMENTO EXCLUSIVO DE BEBIDAS para a EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ EM 2023, que acontecerá nos dias 05 A 09 DE JULHO DE 2023 NA SER REALIZADA NO PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS DE ITAGUAÍ, LOCALIZADO À ESTRADA DO TRAFICANTE SIN - CENTRO - ITAGUAÍ - RJ, conforme especificado no edital e seus anexos.

Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiuva, nº 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura (<http://www.itaguaí.rj.gov.br>).

Data e hora da realização: dia 15 de junho de 2023, às 10:00 horas.

Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br

Licitação nº 1003935

(a) Samuel Moreira da Silva - Secretário Municipal de Licitações e Contratos/Autoridade Competente

Id: 2482062

Entrega da documentação: dia 01 de junho de 2023 a 12 de junho de 2023, de 09 às 16:00 horas.

A sessão será realizada na data de 13 junho de 2023 às 14:00 (quatorze) horas.

(a) Samuel Moreira da Silva - Secretário Municipal de Licitações e Contratos/Autoridade Competente

Id: 2431959

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº

088/2023 (P.A.15477/2022)

Objeto resumido: O objeto da presente licitação é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE UNIFORMES PARA ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ, atendendo as demandas da Secretaria de Educação Municipal de Educação e Cultura de Itaguaí, nas modalidades ensino: Creche, Pré-escola, Educação Especial, Ensino Fundamental e EJA por um período de 12 (doze) meses, conforme especificado no edital e seus anexos.

Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiuva, nº 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura (<http://www.itaguaí.rj.gov.br>).

Data e hora da realização: dia 14 de junho de 2023, às 10:00 horas.

Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br

Licitação nº 1000587

(a) Samuel Moreira da Silva - Secretário Municipal de Licitações e Contratos/Autoridade Competente

Id: 2482060

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2023 (P.A.2360/2023)

Objeto resumido: O objeto da presente licitação é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO INTEGRAL DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, conforme especificado no edital e seus anexos.

Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiuva, nº 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura (<http://www.itaguaí.rj.gov.br>).

Data e hora da realização: dia 14 de junho de 2023, às 10:00 horas.

Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br

Licitação nº 1000935

(a) Samuel Moreira da Silva - Secretário Municipal de Licitações e Contratos/Autoridade Competente

Id: 2482061

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº

082/2023 (P.A.3293/2023)

Objeto resumido: O objeto da presente licitação é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAL ESPORTIVO para atender as demandas nas modalidades ensino: Pré-escola, Educação Especial e Ensino Fundamental vinculados a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificado no edital e seus anexos.

Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiuva, nº 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura (<http://www.itaguaí.rj.gov.br>).

Data e hora da realização: dia 15 de junho de 2023, às 10:00 horas.

Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br

Licitação nº 1003980

(a) Samuel Moreira da Silva - Secretário Municipal de Licitações e Contratos/Autoridade Competente

Id: 2482062

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº

083/2023 (P.A.3624/2023)

Objeto resumido: O objeto da presente licitação é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE MEDICAMENTOS GRANDE VOLUME, para atender as demandas do Hospital Municipal São Francisco Xavier - HHSF, Materno Infantil, da Demandas em Saúde, do IETAFS, Centro Municipal de Especialidades Médicas - CEMES, Farmácia Central, CAPS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO
SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS - SEMAE

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2023

O MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO RS por intermédio da Secretaria Municipal de Compras e Licitações SECOL torna público que esta POSTERGADA a TOMADA DE PREÇOS 01/2023 FMS OBJETO Qualificação e seleção de proposta para a contratação de pessoa jurídica para a construção de uma Quadra Poliesportiva no Bairro Santos Dumont Vila Bras São Leopoldo RS DATA DE ABERTURA 15 de junho de 2023 às 09h30min O edital esta disponível no endereço www.saoleopoldo.rs.gov.br/licitacoes

São Leopoldo Berco da Colonização Alemã no Brasil

PEDRO RICARDO AVILA PORTO
 Secretário Municipal de Compras e Licitações SECOL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO NICOLAU

AVISO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2023

O Município de São Nicolau, Poder Executivo, torna PÚBLICO o seguinte: ALTERA O PREGÃO ELETRÔNICO 02/2023- aquisição de materiais ambulatoriais, hospitalares, odontológicos e medicamentos hospitalares. Altera-se para o dia 01 de junho de 2023 às 08:00 hrs o recebimento de propostas e a abertura da disputa para o dia 14 de junho de 2023 às 09:00 hrs na plataforma da BTL, pelo site www.btl.org.br. Maiores informações, através dos telefones (55)3363-2100, licitacao@saonicolau.rs.gov.br ou junto ao setor de licitações das 07:30h às 11:30h e das 13:00 às 17:00, sito a rua Maria Seggiano Hoffmann 1035 , 30 de maio de 2023.

RICARDO MIGUEL KLEIN
 Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBERI

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2023

O Prefeito Municipal de Seberi/RS, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, torna público que as 09:00h do dia 15/06/2023, será realizado a Tomada de Preços nº 03/2023, para Contratação de empresa para execução de Obra de manutenção e reparos do Ginásio de Esportes Luis Jr. Gernelli no município de Seberi/RS. Edital: <https://seberi.atende.net>.

ADILSON ADAM BALESTRIN

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPERA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 15/2023

Objeto: Prestação de serviços de mão de obra de mecânica leve, pesada e elétrica para frota do Município. Regência: Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02. Os envelopes contendo a documentação e propostas serão recebidos até às 8h do dia 16/6/2023, na Prefeitura, quando terá início o Pregão. Informações pelo e-mail: licitacoes@tapera.rs.gov.br, no site: www.tapera.rs.gov.br, ou fone: (54) 3385-3300.

VOLMAR HELMUT KUHN
 Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE PORTELA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 111/2023

Tomada de Preços nº 05/2023, Processo Licitatório nº 27/2023, contratante Município de Tenente Portela/RS (CNPJ 87.613.089/0001-40), objeto contratado: Contratação de Empresa do ramo para realização de Obra de construção de um Ginásio Poliesportivo no Setor Pedra Lisa - Terra Indígena do Guarita, Convênio 914166/2021, junto ao Ministério do Esporte. Empresa vencedora: VALE ENGENHARIA CIVIL LTDA, CNPJ nº 36.138.577/0001-01. Valor R\$ 556.104,05, em 28/04/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAVESEIRO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 25/2023

Referente ao Pregão Eletrônico nº 006/2023, para a AQUISIÇÃO DE 01 (UM) TRATOR AGRÍCOLA, por intermédio do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA, referente ao Convênio nº 901248/2020. Contratada: Agromotiva Koreana Implementos e Máquinas Agrícolas Ltda. Prazo de vigência até 29 de maio de 2024. Valor de R\$ 299.800,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIAMÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 39/2023

O Prefeito de Viamão comunica que será realizado Pregão Eletrônico RP para aquisição de tonner para o aparelho de ultrassom-sms, que ocorrerá dia 15/06/2023, às 14h02min, conforme Edital 130/2023, a disposição no site www.portaldecompraspublicas.com.br

Viamão, 30 de maio de 2023.
 NILTON MAGALHÃES

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 22/2023

O Prefeito Municipal de Vila Maria-RS, comunica a todos os interessados que no dia 14 de junho de 2023 às 08:30 horas estará recebendo propostas para aquisição de cestas básicas, de acordo com o Pregão 022/2023. Cópia do Edital no site www.vilamaria.rs.gov.br. Vila Maria-RS, 30 de maio de 2023.

MAICO SERAFINI BETTO
 Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA MANSA

AVISO
CONCORRÊNCIA Nº 3/2022

JULGAMENTO DE RECURSO E CONTINUIDADE

OBJETO: CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO ONEROSA, PARA GESTÃO E EXPLORAÇÃO DOS ESTACIONAMENTOS ROTATIVOS NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE BARRA MANSA, DENOMINADO "ESTACIONAMENTO ROTATIVO BARRA MANSA". A Presidente CPL da comunica aos interessados na Concorrência supracitada, da DECISÃO proferida pelo Ilmo Sr. Secretário Municipal de Ordem Pública, face aos recursos interpostos, que decidiu pela IMPROCEDÊNCIA do apresentado pela licitante ZONAAZUL BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, pela PROCEDÊNCIA PARCIAL dos apresentados pelas licitantes LOG1 SOLUÇÕES INTEGRADAS EPP e PRIMEIRA ESTACIONAMENTOS LTDA, e pela PROCEDÊNCIA do recurso interposto pela licitante MOBBIT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA. Face ao exposto resta habilitada a licitante MOBBIT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA e fica marcada a continuidade do certame para o dia 06/06/2023 às 09h00.

ÉRIKA RIBEIRO BARBOSA
 Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

AVISO DE ALTERAÇÃO

No Edital de Licitação nº 13/2023 - Tomada de Preços - publicado originalmente no DOU, na seção 03, Edição nº 73, na página 257 do dia 17/04/2023, cujo objeto é a contratação de empresa para a execução de obras de reforma na Secretaria Municipal de Defesa Civil e Trânsito, situada à Rua Prefeito Licínio José Gonçalves, conforme condições e normas específicas no edital e seus anexos, a Prefeitura Municipal de Cantagalo torna público que foram feitas as seguintes correções: 01 - Ficam, neste ato, republicadas a planilha orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, Memória de Cálculo e BD; 02 - Fica alterado o valor estimado da licitação para R\$ 451.766,43; 03 - Fica alterada a data limite de cadastro para o dia 12/06/23; 04 - Fica alterada a data de abertura do certame para o dia 15 de junho de 2023, às 13:00:00 - OBS: Informo que os interessados em participar desta licitação deverão fazer o download dos anexos atualizados no site www.cantagalo.rj.gov.br/licitacoes/aviso a partir do dia 31/05/23, ou retirá-lo na Rua Vereador Francisco Eugênio Vieira, nº 300, salas 101 e 103, Centro, Cantagalo/RJ, das 8h às 17h.

Cantagalo, 29 de maio de 2023.
 CARLOS ALEXANDRE MARQUES DA SILVA
 Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2023 - UASG 985821

COM COTA E ITENS EXCLUSIVOS PARA MEI/ME/EPP

OBJETO: Registro de preço para eventual aquisição de peças de primeira linha para máquinas, caminhões e veículos utilitários da frota da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, Viação e Transporte, Obras e Serviços Públicos e Educação. - VALOR: R\$ 2.080.000,00 - DATA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 14 de junho de 2023, às 9 horas, no site www.comprasnet.gov.br - EDITAL LIBERADO: 31/05/23, de segunda à sexta-feira, das 8h às 17h, no seguinte endereço: Rua Vereador Francisco Eugênio Vieira, nº 300, salas 101 e 103, Centro, Cantagalo-RJ e no site www.cantagalo.rj.gov.br/licitacoes/aviso ou Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br ComprasNet SIASG.

Cantagalo, 19 de maio de 2023.
 CARLOS ALEXANDRE MARQUES DA SILVA
 Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS

AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2023

Aviso de Publicação - Pregão Eletrônico Nº: 046/2023 - Processo Administrativo Nº: 014/000822/2023 - Objeto: Registro de preços, para eventual aquisição de correlatos (sonda retal e uretral) em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Duque de Caxias, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos. Data e hora do certame: dia 15 de junho de 2023, às 10:30 horas. Retirada do edital: Setor de Licitações - End.: Alameda Esmeralda, 206 - Jardim Primavera - D. Caxias/RJ, mediante apresentação de pen drive, ou através do Portal da Transparência: <http://transparencia.duquedecaxias.rj.gov.br/>. Informações: equipepregao.segov@duquedecaxias.rj.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2023

Aviso de Publicação - Pregão Eletrônico Nº: 047/2023 - Processo Administrativo Nº: 014/000402/2023 - Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos em ampolas para uso em toda rede, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Duque de Caxias, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos. Data e hora do certame: dia 19 de junho de 2023, às 10:30 horas. Retirada do edital: Setor de Licitações - End.: Alameda Esmeralda, 206 - Jardim Primavera - D. Caxias/RJ, mediante apresentação de pen drive, ou através do Portal da Transparência: <http://transparencia.duquedecaxias.rj.gov.br/>. Informações: equipepregao.segov@duquedecaxias.rj.gov.br

MAYKE UALLER MACHADO LIMA
 Pregoeiro

AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2023

Pregão Eletrônico Nº: 007/2023 - Processo Administrativo Nº: 003/000708/2022 - Objeto: contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de suporte operacional e administrativo, com dedicação exclusiva, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus Anexos. Motivo: Mediante ofício nº751/SMG-SI/2023 do Setor de Licitações. Retirada do edital: Setor de Licitações - End.: Alameda Esmeralda, 206, CEP: 25.215-260 - Jardim Primavera - D. Caxias/RJ, mediante apresentação de pen drive, ou através do Portal da Transparência: <http://transparencia.duquedecaxias.rj.gov.br/> ou Portal de Compras Governamentais: <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/comprasnet-siasg>. - Informações: equipepregao.segov@duquedecaxias.rj.gov.br.

DOUGLAS RHANIERI M. DOS SANTOS
 Pregoeiro



Ataque

FLAMENGO

Pedro ganha atenção especial

Atacante sofreu uma torção no tornozelo esquerdo e vem inspirando cuidados para jogar amanhã

O atacante Pedro, de 25 anos, realizou um treino especial ontem. O artilheiro sofreu uma torção no tornozelo esquerdo no empate contra o Cruzeiro, no último sábado, e por conta disso vem inspirando cuidados para estar em campo contra o Fluminense, amanhã, pelas oitavas de finais da Copa do Brasil. As informações são do portal "GE".

Pedro não treinou na última segunda-feira e, na manhã de ontem realizou parte do trabalho à parte nas instalações internas do Ninho do Urubu. O artilheiro participou apenas em parte da atividade no campo. A expectativa é que o goleador participe do treino de hoje e seja confirmado no clássico.

O Flamengo deverá ter o retorno de Arrascaeta, que participou dos dois treinos

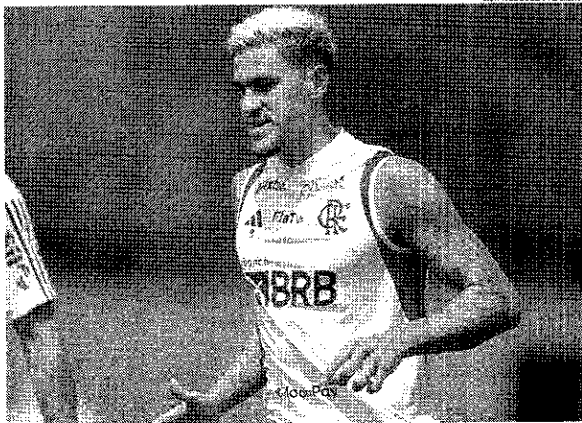
desta semana. O uruguaio está evoluindo da lesão muscular na coxa esquerda e terá condições de jogo. O camisa 14 desfalcou o clube carloca nas últimas três partidas da equipe na temporada. Em relação a Everton Ribeiro, a situação é mais difícil. A tendência é que seja desfalque contra o Fluminense.

No jogo de ida no Maracanã, os dois rivais ficaram em um empate sem gols. A equipe que vencer no duelo de volta de amanhã, às 20h, irá se classificar para as quartas de finais. Em caso de novo empate, a disputa pela vaga será na cobrança de pênaltis.

MARINHO

O atacante Marinho foi afastado do Flamengo por indisciplina. A decisão de se recusar a viajar para o Chile, onde o clube carloca encarou o Nublense, pela Libertadores, teria decepcionado Sampaoli. O argentino avalia que o jogador foi ingrato com ele e com a comissão técnica.

Jogador do Flamengo desde 2022, Marinho não conseguiu desenvolver no clube carloca o futebol que o fez se destacar no Santos. Com a chegada de Sampaoli, ele passou a ter mais chances. Os dois trabalharam juntos e tiveram sucesso pelo Peixe.



A expectativa é que Pedro participe do treino de hoje e seja confirmado no clássico diante do Fluminense

'Racha' na época de Vitor Pereira

Sem conquistar os cinco títulos que disputou até abril de 2023 sob o comando do Flamengo, Vitor Pereira pode ter tido seu trabalho prejudicado por "falta de unidade" do grupo rubro-negro. Segundo a "Coluna do Fla", o único técnico que conseguiu "reunificar" o elenco foi Dorival Júnior, campeão da Copa do Brasil e a Libertadores em 2022.

De acordo com o site, alguns jogadores do atual grupo rubro-negro acreditam que o "racha" entre atletas atrapalhou o desempenho de Vitor Pereira no clube. Além disso, garantiram que não havia desentendimento acimado padrão entre jogadores e a comissão técnica do português.

Vitor Pereira foi contratado pelo Flamengo em janeiro de 2023, mas caiu no dia 11 de abril, depois de não segurar a pressão.

River Plate pode negociar De La Cruz

Em busca da contratação de Nicolás De La Cruz junto ao River Plate, o Flamengo tem negociado com o clube argentino. De acordo com o jornalista Renan Moura, o tetracampeão da Libertadores estaria disposto a acertar a transferência do uruguaio por algo em torno

de 13 milhões de dólares (cerca de R\$ 65 milhões).

O valor é bem abaixo da multa de Nicolás De La Cruz, avaliada em 22 milhões de euros (algo em torno de R\$ 120 milhões). O contrato do uruguaio com o clube argentino vai até 2025 e a tendência é que o Flamengo consiga acertar a

contratação do jogador.

Sampaoli pediu reforços no segundo semestre. O atacante Luiz Araújo, do Atlanta United, vai se apresentar em julho, assim como o goleiro Agustín Rossi, de 27 anos, que está encerrando o seu vínculo com o Boca Juniors.



O Flamengo deverá ter o retorno de Arrascaeta, que participou dos dois treinos desta semana

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
AVISO DE ADIAMENTO "SINE DIE"
TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2023

OBJETO: Obra de construção de praça com parque infantil no Loteamento Santa Gertrudes, Conselheiro Paulino, Nova Friburgo - RJ

Através da Comissão Permanente de Licitação, se torna público que o certame em tela será **ADIADO SINE DIE**.

Processo nº 27.899/2022

Local de retirada do novo edital: www.novafriburgo.rj.gov.br
Telefone para contato: (22) 2533.1476
e-mail: licitacao.cpmm@gmail.com

Danny Dias Pinto
Matrícula nº 198.345 - Presidente

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO Nº 164/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2023

OBJETO: Preços Eletrônicos do Tipo Menor Preço (Por Item) Para Aquisição De Aparelho De Emissão Ovocelular (Punção Bica Vizualizada) Para O Uso Da Atenção Em Saúde Pública.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.218-2023

EDITAL: <https://licitacao.compras.rj.gov.br>

DEBATES: Departamento de Suprimentos e Licitações das 09h às 16h, no endereço: Av. Feliciano Sodré, 593, 1º Andar - Centro, Teresópolis/RJ, Tel: (21) 2742-8885 e (21) 2742-3332 ramal: 251 ou pela internet: <http://licitacao.compras.rj.gov.br>

LOCAL DA Sessão: Portal de Compras do Governo Federal - Compras.gov.br - www.gov.br/compras/paginas

DATA/HORA: 19/06/2023 às 10:00 horas.

Diego Magno Andrade de Oliveira
Presidente

Prefeitura Municipal de Barra Mansa/RJ
AVISO DE JULGAMENTO DE RECURSO E CONTINUIDADE
CONCORRÊNCIA Nº 003/2022

OBJETO: CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO ONEROSO, PARA GESTÃO E EXPLORAÇÃO DOS ESTACIONAMENTOS ROTATIVOS NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE BARRA MANSA, DENOMINADO "ESTACIONAMENTO ROTATIVO BARRA MANSA". A Presidente CPL da comunica aos interessados na Concorrência supracitada, da DECISÃO proferida pelo Sr. Secretário Municipal do Ordenamento Público, face aos recursos interpostos, que deu origem pela IMPROCEDÊNCIA do apresentado pelo licitante ZONAAZUL BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, pela PROCEDÊNCIA PARCIAL dos apresentados pelas licitantes LOGI SOLUÇÕES INTEGRADAS EPP e PRIMEIRA ESTACIONAMENTOS LTDA, e pela PROCEDÊNCIA do recurso interposto pela licitante MOBBIT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA. Face ao exposto resta habilitada a licitante MOBBIT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA e fica marcado a continuidade do certame para o dia 06/06/2023 às 09h00.

Enlia Ribeiro Barbosa
Presidente - Comissão Permanente de Licitação

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ - SOMAR
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2023

Processo Administrativo nº 412/2023

A Pregoeira da Autarquia Municipal de Serviços de Obras de Maricá, no uso de suas atribuições, informa que a sessão do Pregão Presencial supracitado, que tem por objeto: Contratação de empresa para manutenção preventiva e corretiva de granito e mármore das praças e demais áreas públicas do Município de Maricá. Data de realização do certame: 15/06/2023 às 10h. Os interessados em retirar o Edital deverão comparecer à Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº - Caixa - Maricá/RJ, portando documento CNPJ e Razão Social, 01 (UM) CD-RW virgem e uma resma, das 8h às 17h e das 13h às 16h, solicitar pelo e-mail opsomar@gmail.com ou através do site www.marica.rj.gov.br >>transparencia>>licitações em andamento>>editais>> SOMAR. Informações pelo site www.marica.rj.gov.br. Telefone: 21-9-9182-0123.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
Extrato Contratual
Contrato Nº 041/2023

Partes: O Município de Rio Claro e a empresa SERCORTES SERVIÇOS DE RECURSOS DO DIÁRIO DA JUSTIÇA - LTDA.

Processo de Despesa Nº 15/2023.

Dispensa Nº: 032/2023.

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de extração de resumos de diários oficiais, fornecidos digitalmente via console eletrônico ou website, referente a publicações em diários oficiais em nome do Município de Rio Claro-RJ.

Valor: R\$990,00 (novecentos e sessenta reais).

Dotação: nº 02.04 Secretaria Municipal de Administração - 04.122.0002.2.005 APOIO ADMINISTRATIVO E MANUTENÇÃO GERAL - 3.3.9.39.9900 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - 1500000000 FONTE.

Prazo: 12 (doze) meses.

Assinatura: 26/05/2023.

Fundamentos: Dispensa nº. 032/2023 - Lei Federal nº 8.966/93 e suas alterações.

JOSÉ CLAUDIO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração

MAIS FÁCIL DE VENDER.
MAIS FÁCIL DE COMPRAR.

CLASSIMAI
021. 2532-5000 @UA

GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA GERAL DE SAÚDE - AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 076/23 - (SEPM) MENOR PREÇO

Objeto: AQUISIÇÃO DE LARINGOSCÓPIOS PARA OS HOSPITAIS DA SEPM

Endereço eletrônico: <https://www.compras.rj.gov.br> (PE 076/23).

Data da Licitação: Dia 13/07/2023, às 10:00 horas.

Processo Administrativo SEI-350207/000751/2022.

Valor Estimado: R\$ 68.088,64 (sessenta e oito mil, oitenta e oito reais e sessenta e quatro centavos).

O edital se encontra disponível no endereço eletrônico <https://www.compras.rj.gov.br>, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via mediante apresentação de mídia gravável na Rua Evandro da Veiga, nº 78, Centro, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 20.031-040.

GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA GERAL DE SAÚDE - AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 075/23 - SRP - (SEPM) MENOR PREÇO

Objeto: AQUISIÇÃO DE INSUMOS DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR - SONDAS

Endereço eletrônico: <https://www.compras.rj.gov.br> (PE 075/23).

Data da Licitação: Dia 12/07/2023, às 10:00 horas.

Processo Administrativo SEI-350207/000245/2022.

Valor Estimado: R\$ 472.880,82 (quatrocentos e setenta e dois mil, oitocentos e oitenta e dois centavos).

O edital se encontra disponível no endereço eletrônico <https://www.compras.rj.gov.br>, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via mediante apresentação de mídia gravável na Rua Evandro da Veiga, nº 78, Centro, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 20.031-040.


PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE
 SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO QUINTO TERMO DE ADITAMENTO
DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 199/2019

01 – CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Resende/Instituto da Educação do Município de Resende; 02 – CONTRATADA: Viaggio Penido Ltda.; 03 – OBJETO: Prorrogação de prazo contratual, do Contrato Administrativo nº 113/2019, na contratação de empresa especializada na execução de serviço de transporte escolar para atender aos alunos residentes da Zona Rural do Município de Resende-RJ e/ou em áreas de difícil mobilidade em transporte público de linhas regulares; 04 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PMR/SME/EDUCAR: Órgão: 03.000; Unidade: 03.060; Funcional: 12.367.0173 e 12.361.0174; Projeto/Atividade: 2.738 e 2.511; Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Número da Despesa / Código Reduzido: 178 e 27; Fonte de Recursos: 1.550.0000, 1.600.1001, 1.553.0000 e 1.573.0000 (Transferência de Salário Educação, Recursos não Vinculados de Impostos Educação, Transferência de Recursos do FNDCE e Royalties de Petróleo e Gás Natural); 05 – EMBASAMENTO/Modalidade: Em conformidade com o Art. nº 57, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações; 06 – VALOR GLOBAL: R\$ 4.809.923,38 (quatro milhões, oitocentos e nove mil, novecentos e vinte e três reais e trinta e oito centavos); 07 – PRAZO: 12 (doze) meses; 08 – NOTA DE EMPENHO Nº: 1.162, 1.163, 1.164, 1.165, 1.166, 1.167 e 1.168/2023; 09 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 6.778/2017; 10 – DATA DE ASSINATURA DO ADITAMENTO: Resende – RJ, 28 de Abril de 2023.

EXTRATO DO QUARTO TERMO DE ADITAMENTO
DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 70/2020

01 – CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Resende/Agência do Meio Ambiente do Município de Resende; 02 – CONTRATADA: Agulhas Negras Manutenção Empresarial Ltda – ME; 03 – OBJETO: prorrogação de prazo contratual e alteração no valor do contrato, em decorrência do reajuste contratual, do Contrato Administrativo nº 70/2020, na contratação de empresa especializada para manutenção de parques, praças, jardins e áreas verdes, para atender ao Programa Resende Verde; 04 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PMR/AMAR/FUCAM: Órgão: 03.000; Unidade: 03.041; Funcional: 18.541.0134; Projeto/Atividade: 2.671; Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Número da Despesa / Código Reduzido: 29; Fonte de Recursos: 1.704.0000 (Transferência da União Referente a Royalties); 05 – EMBASAMENTO/Modalidade: Em conformidade com o Art. nº 65, § 8º, do Art. nº 57, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações; 06 – VALOR GLOBAL: R\$ 1.105.269,89 (um milhão, cento e cinco mil, duzentos e sessenta e nove reais e oito centavos); 07 – PRAZO: 12 (doze) meses; 08 – NOTA DE EMPENHO Nº: 60/2023; 09 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 28.031/2019; 10 – DATA DE ASSINATURA DO ADITAMENTO: Resende – RJ, 28 de Abril de 2023.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO
DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 114/2022

01 – CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Resende/Instituto da Educação do Município de Resende / Educ; 02 – CONTRATADA: Nascimento Faria – Engenharia e Construção Civil Ltda; 03 – OBJETO: prorrogação de prazo, alteração no valor do contrato em decorrência da arrecadação e supressão quantitativa, do Contrato Administrativo nº 114/2022, na contratação de empresa especializada para reforma e ampliação da Escola Municipal Moscir Coelho da Silveira, situada a Rua Praça Francisco Lima Ribeiro s/nº, Saminha do Alambarr, Resende – RJ, através do Instituto da Educação do Município de Resende / Educ; 04 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PMR/EDUCAR: Órgão: 03.000; Unidade: 03.060; Funcional: 12.361.0174; Projeto/Atividade: 25; Elemento da Despesa: 4.4.90.51.99 – Outras Obras e Instalações; Número da Despesa / Código Reduzido: 25; Fonte de Recursos: 1.500.1001 (Recursos não vinculados de Impostos – Educação); 05 – EMBASAMENTO/Modalidade: Em conformidade com o Art. nº 57, § 1º, Inciso I do Art. nº 65, Inciso I, Alínea "f", da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações; 06 – VALOR GLOBAL: R\$ 290.046,89 (duzentos e sessenta mil, quatrocentos e seis reais e oito centavos); 07 – PRAZO: 120 (cento e vinte) dias; 08 – NOTA DE EMPENHO Nº: 1.303/2023; 09 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 10.493/2022; 10 – DATA DE ASSINATURA DO ADITAMENTO: Resende – RJ, 02 de Maio de 2023.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO
DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 267/2022

01 – CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Resende/ Instituto da Educação do Município de Resende / Educ; 02 – CONTRATADA: RGC Solutions Eireli; 03 – OBJETO: prorrogação de prazo contratual, do Contrato Administrativo nº 267/2022, na contratação de empresa especializada para prestação de serviço de revitalização da cozinha e refeitório da creche municipal Rubens da Silva Lima, situada na rua Pitagoras, nº 45, bairro Bela Vista, Engenheiro Passos, Resende, Estado do Rio de Janeiro; 04 – EMBASAMENTO/Modalidade: Em conformidade com o Art. nº 57, § 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações; 05 – PRAZO: 60 (sessenta) dias; 06 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 25.132/2022; 07 – DATA DE ASSINATURA DO ADITAMENTO: Resende – RJ, 10 de Maio de 2023.

Julio Cesar de Carvalho
Superintendente – Licitação – PMR


Associação Rural Sul Fluminense

Barra do Piraí, 30 de maio de 2023.

CONVOCAÇÃO

Nos termos do artigo 19º do Estatuto em vigor, convoco todos os associados, os membros do Conselho Gestor e os membros da Diretoria Executiva para participarem de Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na sede da Associação Rural Sul Fluminense, no dia 19 de junho de 2023, segunda-feira, às 10h00min, e, em segunda convocação, no mesmo dia e local, às 11h00min com a seguinte pauta:

a) Aprovação de TAC com o Município de Barra do Piraí, com previsão de disponibilidade do Parque de Exposições, nos termos do ajuste.

b) Assuntos gerais.

Atenciosamente,

Alexandro Eiras Santana
Diretor Presidente

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2023
MEIOR PREGO GLOBAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2023

CONSIDERANDO a decisão da Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria nº 005/2023, de 09/01/2023, referente ao PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2023, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2023, tipo Menor Preço Global, objetivando a aquisição de 01 (um) veículo zero quilômetro tipo hatch para atender as atividades laborais realizadas pelos setores administrativo e legislativo da Câmara Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin, de acordo com as condições e especificações contidas no respectivo Edital e anexos, que classificou a empresa abaixo relacionada vencedora do referido certame.

CONSIDERANDO ser de interesse público a homologação da referida decisão:
HOMOLOGO a decisão da Comissão Permanente de Licitação, que julgou e considerou vencedora do certame a empresa supracitada que ofereceu a melhor proposta no referido certame, para formalização do Contrato abaixo relacionado:

EMPRESA:
PORTELLAS MOTORS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.113.217/0001-05.

VALOR: R\$ 87.600,00 (oitenta e sete mil seiscentos reais)
PUBLICAÇÃO: Empresa Jornalística Fatos & Fotos LTDA. Comunicado no Quadro de Avisos da Câmara e Site da Câmara Municipal.

Dê-se ciência a empresa vencedora, com determinação para as providências cabíveis e necessárias.

Registre-se; Publique-se e Cumpra-se.

Engº Paulo de Frontin-RJ, 16 de maio de 2023.

JULIO CESAR DA SILVA SERENO
Presidente da Câmara Municipal
de Engenheiro Paulo de Frontin

Extrato do Contrato nº 007/2023

PARTES: Câmara Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin e a Portellas Motors LTDA;

OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo zero quilômetro tipo hatch para atender as atividades laborais realizadas pelos setores administrativo e legislativo da Câmara Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin – RJ.

DO VALOR: A Câmara Municipal pagará a Contratada, a importância estimada de R\$ 87.600,00 (oitenta e sete mil seiscentos reais).

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado mensalmente, após a prestação do serviço, com a apresentação da respectiva Nota Fiscal/ Fatura, devidamente atestada.
PRAZO DO CONTRATO: O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, com início da realização dos serviços constantes no objeto deste contrato, a partir da data de assinatura contratual.

RECURSO: Verba 4.4.90.52

EMBASAMENTO: Processo Administrativo nº 015/2023

Engenheiro Paulo de Frontin – RJ, 16 de maio de 2023.

JULIO CESAR DA SILVA SERENO
Presidente


Câmara Municipal de Porto Real

ATO Nº 044/ GP / CMPR / 2023

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO REAL, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS:

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a partir 01/06/2023, a servidora Patrícia Miranda Torres, ocupante do cargo de Diretor de Gabinete Legislativo, simbologia representativa DGLEG, nível CAL 1, de acordo com o Item I do Inciso I do artigo 7º da Lei nº 767, de 20 de Dezembro de 2021:

Porto Real, 30 de maio de 2023.

Renan Márcio de Jesus Silva
Presidente


Câmara Municipal de Porto Real

ATO Nº 045/ GP / CMPR / 2023

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO REAL, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS:

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear a partir 01/06/2023, a servidora Valéria Ribeiro de Carvalho, para ocupar o cargo de Diretor de Gabinete Legislativo, simbologia representativa DGLEG, nível CAL 1, de acordo com o Item I do Inciso I do artigo 7º da Lei nº 767, de 20 de Dezembro de 2021:

Porto Real, 30 de maio de 2023.

Renan Márcio de Jesus Silva
Presidente


AVISO DE JULGAMENTO DE RECURSO E CONTINUIDADE
CONCORRÊNCIA Nº 003/2022

OBJETO: CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO ONEROSO, PARA GESTÃO E EXPLORAÇÃO DOS ESTACIONAMENTOS ROTATIVOS NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE BARRA MANSA, DENOMINADO "ESTACIONAMENTO ROTATIVO BARRA MANSA". A Presidente CPL da comunica aos interessados na Concorrência supracitada, da DECISÃO proferida pelo Ilmo Sr. Secretário Municipal de Ordem Pública, face aos recursos interpostos, que decidiu pela IMPROCEDÊNCIA do apresentado pela licitante ZONAZUL BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, pela PROCEDÊNCIA PARCIAL dos apresentados pelas licitantes LOG1 SOLUÇÕES INTEGRADAS EPP e PRIMEIRA ESTACIONAMENTOS LTDA, e pela PROCEDÊNCIA do recurso interposto pela licitante MOBBIT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA. Face ao exposto resta habilitada a licitante MOBBIT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA e fica marcada a continuidade do certame para o dia 06/06/2023 às 09h00.

Érika Ribeiro Barbosa
Presidente – Comissão Permanente de Licitação


PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE
AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito do Município de Resende, para cumprimento do disposto na Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - em seu artigo 9º, parágrafo 4º, comunica a quem possa interessar, que a AUDIÊNCIA PÚBLICA para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Administração Municipal referente ao 1º Quadrimestre de 2023, bem como o Relatório Quadrimestral de Saúde, conforme determina a LC 141/12, artigo 36, será realizada no dia 31/05/2023, às 13hs no Plenário da Câmara Municipal de Resende e convidada todos os órgãos representativos da sociedade a assistência no plenário. Resende, 08 de maio de 2023. Diogo Gonçalves Baileiro Diniz Prefeito Municipal.

Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Municipal de Saúde, Controle e Qualidade


HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO 093/2023

Depois de cumpridas as exigências legais, de acordo com o Art. 4º, inciso XXII, da Lei 10.520/02, Art. 43, VI do Estatuto das Licitações, Lei nº 8.666/93 e art. 1º, II do Decreto Municipal nº 2.100 de 24/02/2017, HOMOLOGO o resultado da presente licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 019/2023 que objetiva a AQUISIÇÃO DE GASES MEDICINAIS, atendendo a solicitação feita pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS), no processo administrativo 093/2023, a empresa: White Martins Gases Industriais do Nordeste Ltda, CNPJ: 24.380.578/0020-41, no valor de R\$ 228.299,64 (duzentos e vinte e oito mil, duzentos e noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos).

Porto Real, 24 de abril de 2023.

Renato Antonio Ibrahim
Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2023
01 – CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Porto Real.
02 – CONTRATADO: White Martins Gases Industriais do Nordeste Ltda.
03 – OBJETO: Aquisição de Gases Medicinais.
04 – EMBASAMENTO: Art. 55, Lei Federal nº 8.666/93.
05 – VALOR: R\$ 228.299,64 (duzentos e vinte e oito mil, duzentos e noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos).
06 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 093/2023.
07 – PRAZO: 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato.
08 – DATA DA ASSINATURA: 27 de abril de 2023.

Renato Antonio Ibrahim
Secretário Municipal de Saúde


PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE
 SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

-Pregão Eletrônico nº 28/2022 – objeto: Serviço de limpeza, higienização e conservação, conforme edital. P. A. nº: 23.147/2021. Data/Hora 19/06/2023 às 16:00 horas. -Pregão Eletrônico nº 152/2023– objeto: REGISTRO DE PREÇOS – Aquisição de equipamentos conforme edital. P. A. nº: 8.815/2023. Data/Hora 20/06/2023 às 14:30 horas. -Pregão Eletrônico nº 151/2023– objeto: Aquisição material permanente, conforme edital. P. A. nº: 9.333/2023. Data/Hora 20/06/2023 às 16:00 horas. -Tomada de Preços nº 23/2023– objeto: Reforma e ampliação de creche – Bairro Visconde, conforme edital. P. A. nº: 12.717/2023. Data/Hora 19/06/2023 às 13:30 horas. -Tomada de Preços nº 24/2023– objeto: Serviço de manutenção de iluminação em praças, parques e outros, conforme edital. P. A. nº: 5.641/2022. Data/Hora 20/06/2023 às 13:30 horas. -Tomada de Preços nº 25/2023– objeto: Construção de quadra poliesportiva – Parque das Comunidades – Morada do Contorno, conforme edital. P. A. nº: 11.660/2023. Data/Hora 21/06/2023 às 13:30 horas. -Tomada de Preços nº 26/2023– objeto: Serviço de manutenção da sinalização viária vertical, conforme edital. P. A. nº: 9.641/2023. Data/Hora 22/06/2023 às 13:30 horas. -Tomada de Preços nº 27/2023– objeto: Reforma geral da sala da Fiscalização de Posturas, conforme edital. P. A. nº: 133/2023. Data/Hora 26/06/2023 às 13:30 horas. Edital disponível no site: <https://www.resende.rj.gov.br/menu/licitacoes> Licitações agendadas e <https://www.licitacoes-e.com.br/> – Informações e e-mail: editais.resende@gmail.com tel: (0XX24) 3354-4626.

Julio Cesar de Carvalho
Superintendente Municipal de Licitações e Contratos


PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE
 SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico parecer emitido pela Procuradoria Jurídica e Advocacia Geral do Município, autorizando a homologação e emissão de empenho para contratação da empresa São Gerardo Material Médico e Ortopédico Limitada, no valor global da R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), para atender mandado de citação e intimação para cumprimento da tutela de urgência de licitação, conforme Processo Administrativo nº 7369/2023, art. 24, IV da Lei nº 8.666/93.

Ratifico

Resende, 30 de maio de 2023.
Jayme Corrêa de Mattos Neto
Secretário Municipal de Saúde

SUPERMERCADO JARDIM CENTRAL LTDA
 CNPJ: 24.792.593/0003-04

Concessão de Licença
SUPERMERCADO JARDIM CENTRAL LTDA, toma público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA, conforme as atribuições que lhe foram concedidas pelo Decreto nº 40.980 de 15 de outubro de 2007 e Convênio assinado entre o Estado do Rio de Janeiro e este Município em 16 de janeiro de 2008, a Licença Municipal Operação – LMO Nº 097-03/2023, com validade 27 de março de 2023. COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS – MINIMERCADOS, MERCERIAS E ARMAZENS. Endereço: Rua Vereador Raimundo Diogo, nº 342, Edifício Capital – Volta Redonda/RJ. Processo – MA Nº 0126-00/2019

[Início](#)[Órgãos](#)[Sobre](#)[Contato](#)[Notícias](#)[Dados Anteriores a 2019](#)[Mapa do site](#)[Ação Civil Pública](#)[DOWNLOAD](#)

Download

345

Tamanho do Arquivo

7.23 MB

File Count

41

Data de Criação

2 de junho de 2022

Ultima Atualização

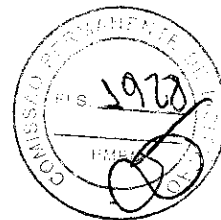
31 de maio de 2023

ConcorrenciaPubli

OBJETO: CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO ONEROSA, PARA GESTÃO E EXPLORAÇÃO DOS ESTACIONAMENTOS ROTATIVOS NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE BARRA MANSÁ, DENOMINADO "ESTACIONAMENTO ROTATIVO PARA BARRA MANSÁ". **DATA:** 09/05/2023 **Hora:** 09:00hs

Aviso de Alteração e Remarcação publicado em 22/03/2023

JULGAMENTO DE RECURSO E CONTINUIDADE publicado em 31/05/2023



Attached Files

31-05-2023 o dia.pdf

DOWNLOAD

31-05-2023 a voz.pdf

DOWNLOAD

31-05-2023 ioerj.pdf

DOWNLOAD

31-05-2023 in.pdf

DOWNLOAD

Contrarrazão (LOG1).pdf

DOWNLOAD

Recibo Escrituração (Mobitt).pdf

DOWNLOAD

Recurso (Mobitt Tecnologia).pdf

DOWNLOAD

Recurso (Mobitt).pdf

DOWNLOAD

Contrarrazões (Mobitt).pdf

DOWNLOAD

Contrarrazões (Car Park).pdf

DOWNLOAD

Recursos Concorrência 003-2022.pdf

DOWNLOAD

01 - RECURSO ADM -Barra Mansa RJ - (assinado) (2).pdf

DOWNLOAD

Recurso Primeira Concorrência 003-2022.pdf

DOWNLOAD

Recurso Mobitt Concorrência 003-2022.pdf

DOWNLOAD

zona azul.zip

DOWNLOAD

Solicitação de cópias de documentos.pdf

DOWNLOAD

Ata CC 003-2022.pdf

Questionamento CC 03-2022.pdf

ARQUIVOS ATUALIZADOS.zip

Concorrencia_003_2022_09_05_2023_com_aletacoes.pdf

22-03-2023 in.pdf

22-03-2023 ioerj.pdf

22-03-2023 o dia.pdf

22-03-2023 a voz.pdf

EDITAL RETIFICADO 003_22 ROTATIVO.pdf

ANEXO I 1 PLANILHA DEMONSTRATIVA DA VIABILIDADE ECONOMICA.zip

Impugnação PARK AZUL.pdf

Impugnação RIO2PARKING.pdf

21-07-2022 o dia.pdf

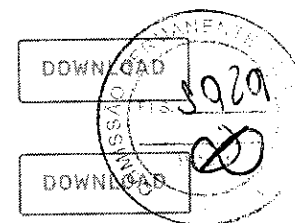
21-07-2022 in.pdf

21-07-2022 ioerj.pdf

21-07-2022 a voz.pdf

Esclarecimento (2) CC 003-2022.pdf

Esclarecimento (1) CC 003-2022.pdf



DOWNLOAD

DOWNLOAD

DOWNLOAD

DOWNLOAD

DOWNLOAD

DOWNLOAD

DOWNLOAD

DOWNLOAD

DOWNLOAD

DOWNLOAD

DOWNLOAD

DOWNLOAD

DOWNLOAD

DOWNLOAD

DOWNLOAD

DOWNLOAD

questionamento conc 003.pdf

impugnação enterprise.pdf

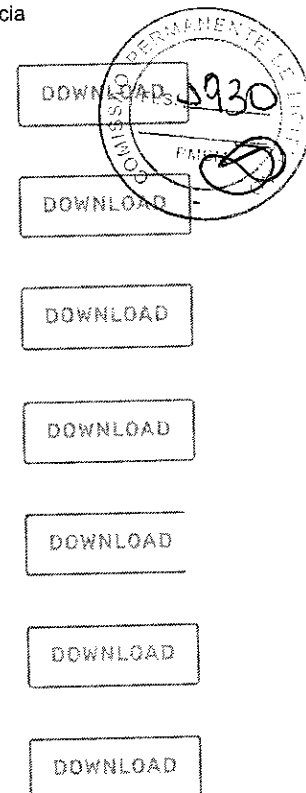
02-06-2022 o dia.pdf

02-06-2022 a voz.pdf

02-06-2022 ioerj.pdf

02-06-2022 in.pdf

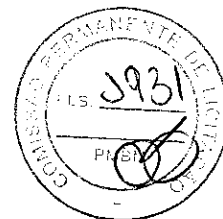
ConcorrenciaPublica_003_2022_21_07_2022.pdf



Copyright 2019 | Todos os Direitos Reservados | Prefeitura Municipal de Barra Mansa| Desenvolvido pela equipe de TI da Prefeitura



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Barra Mansa



Em, 31 de maio de 2023.

OFICIO Nº 213/2023 – CPL

Às empresas: ZONA AZUL BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
PRIMEIRA ESTACIONAMENTOS LTDA
VERTEAMCOMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
PRIME SERVIÇOS INTEGRADOS LTDA
MOBBIT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA
LOG1 SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA
CAR PARK LTDA

Assunto: RECURSOS

Objeto: Concessão de serviço público onerosa, para gestão e exploração dos estacionamentos rotativos nas vias e logradouros públicos no Município de Barra Mansa, denominado "ESTACIONAMENTO ROTATIVO BARRA MANSA"

Prezado(s) Senhor(s),

Venho por meio deste, comunicar aos interessados na Concorrência supracitada, da DECISÃO proferida pelo Ilmo Sr. Secretário Municipal de Ordem Pública, face aos recursos interpostos, que decidiu pela IMPROCEDÊNCIA do apresentado pela licitante ZONAAZUL BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, pela PROCEDÊNCIA PARCIAL dos apresentados pelas licitantes LOG1 SOLUÇÕES INTEGRADAS EPP e PRIMEIRA ESTACIONAMENTOS LTDA, e pela PROCEDÊNCIA do recurso interposto pela licitante MOBBIT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA. Face ao exposto resta habilitada a licitante MOBBIT TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA e fica marcada a continuidade do certame para o dia 06/06/2023 as 09h00.

Atenciosamente,

ÉRIKA RIBEIRO BARBOSA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



Coordenadoria de Compras <coordenadoria.compras@gmail.com>

**Continuidade Concorrência 003/2022****Coordenadoria de Compras** <coordenadoria.compras@gmail.com>

1 de junho de 2023 às 10:44

Para: patricia barduque <contato@zonaazulbrasil.com.br>, "ramiro@estapar.com.br" <ramiro@estapar.com.br>,
"verteamcomercioeservicoseireli@gmail.com" <verteamcomercioeservicoseireli@gmail.com>, "luiz@grupoprime.org" <luiz@grupoprime.org>,
"atilio@parktech.com.br" <atilio@parktech.com.br>, Vicente Brendon <vicente.brendon@log1.com.br>, licitacoes@areaazulpark.com.br

Prezados, segue ofício de decisão de recurso e continuidade. Favor acusar recebimento. Informo-lhes que a decisão foi publicada em 31/05/2023, estando disponível no portal da trans. Atenciosamente, Erika Ribeiro

--

--

Coordenadoria de Compras e Licitações

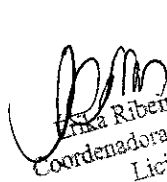
PMBM - Prefeitura Municipal de Barra Mansa

(24) 2106-3411

 of rotativo.pdf
35K


A PGM

para análise e
manifestação quanto aos
recursos, contrações,
análise da Comissão de
Ataliação e ~~análise~~ análise da
CPL.

 25/05/2023
Erika Ribeiro Barbosa
Coordenadora de Compras e
Licitação


do PGM

Segue Parecer.

 26/05/23
Helio R. S. Francisco
Procurador do Município
OAB/RJ: 163.628
Mat. 18.160


CC,

Para parecer a PGM 1921/1922.
26/05/23


César Catapreta E. Junior
Procurador Geral
OAB/RJ: 129.484 / Mat. 17.732

A SNOP

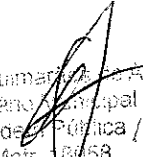
para decisão dos
recursos, ressaltando
manifestação da CPL,
Comissão de análise técnica,
e PGM.


Erika Ribeiro Barbosa
Coordenadora de Compras e
Licitação

A CPL

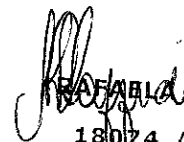
ACATO O PARECER
JUNINICO

Em, 30/05/2027


Daniel Guimarães de Abreu
Secretário Municipal de
Ordem Pública /
Matr. 0058

ao setor de controle,
para análise e parecer.

Em 22/06/23


RAFAEL RAFFIDE
18074 / PMBM

A SNOP,

Para Homologação
em fl. 1988.

Consta Parecer em
fls. 1987, 1990 e 1991.


Antônio de Oliveira Filho
Controlador Interno - S/
Mat. 47500

23.06.23